



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, CARTA DE
GOVERNANÇA E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2020



Prezados acionistas,

A Administração da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (“Companhia” ou “EMAE”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas neste Relatório em milhares de reais, com base em números consolidados e contemplam as práticas contábeis brasileiras, assim como o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Todas as comparações levam em consideração o exercício de 2019, exceto quando especificado de outra forma.

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
2. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	6
2.1. ATIVIDADES	6
2.2. ESTRUTURA DE CONTROLE	8
2.3. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	9
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	13
2.5. GESTÃO DE RISCOS	14
2.6. GOVERNANÇA CORPORATIVA	16
2.7. COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	19
2.8. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	20
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22
ATIVO	22
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	24
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	25
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA	27
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	28
NOTAS EXPLICATIVAS	29
4. RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA	94
5. PARECER DO CONSELHO FISCAL	95
6. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	96

1. Mensagem da Administração

Em 2020, a EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – trabalhou intensamente e com agilidade para enfrentar os desafios trazidos pela pandemia da COVID-19, ao mesmo tempo em que alcançou muitas conquistas. A primeira delas foi a baixa incidência de casos de COVID-19 entre os seus empregados e familiares, evidenciando que o cuidado da Companhia com seus empregados e as medidas de prevenção adotadas, como o afastamento social e mudanças nos métodos de trabalho, somadas à intensa comunicação e conscientização, tiveram êxito. Estas ações refletem a visão estratégica da empresa.

A Companhia avançou em projetos desafiadores, como a concessão de uso dos espaços da Usina São Paulo, cuja outorga comprovou o interesse da iniciativa privada e trará um aumento de R\$ 280 milhões nas receitas da EMAE até 2042, além de ser importante para o projeto de revitalização do Rio Pinheiros. O projeto Novo Rio Pinheiros, do qual a EMAE participa ativamente, é pioneiro na forma de tratar os rios das grandes metrópoles e deve se tornar referência na recuperação de rios urbanos, dada suas características físicas e a forma como está ocorrendo sua recuperação. O projeto promove a valorização das margens, e ao mesmo tempo incentiva a ocupação responsável de seu entorno pela população. A valorização imobiliária e aproximação da população do corpo d'água colaboram para a melhoria da qualidade de suas águas, gerando uma sequência de benfeitorias urbanísticas e ambientais na cidade de São Paulo.

Os avanços obtidos em 2020, dentre eles a implantação de usinas de geração fotovoltaica flutuantes nos reservatórios da Empresa, contribuirão para o crescimento na capacidade de geração da EMAE nos próximos anos. O teste inicial, no Reservatório Billings, levou ao lançamento de uma chamada pública para a seleção de parceiros visando a implantação de unidades de geração dessa categoria. Além disso, a implantação da PCH Edgard de Souza (Pequena Central Hidrelétrica), cujo Despacho de Adequabilidade foi emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), deve também contribuir para o aumento da capacidade instalada da Companhia.

No capital de infraestrutura, as usinas sob gestão atenderam aos índices de desempenho estabelecidos pela agência reguladora do setor elétrico, com destaque para o desempenho do Complexo Henry Borden (UHB) que, durante 2020 se manteve 90,7% do tempo disponível para atender o Sistema Interligado Nacional (SIN), frente à referência de disponibilidade mínima de 86,6% estabelecida no contrato de concessão, o que demonstra a excelência na operação e manutenção destes ativos.

A Companhia controla um sistema hidráulico que engloba vinte barragens, ao qual dedica atenção especial em termos de segurança. Isto faz parte da estratégia de longo prazo da EMAE, especificamente, da diretriz Gestão de riscos, com a estratégia de identificar, monitorar e mitigar os riscos associados à segurança das barragens. Em 2020, concluiu as especificações técnicas para a contratação das revisões periódicas de todas elas, conforme exigência da Lei de Segurança de Barragens (Lei nº 14.066, de 2020). Um novo contrato de prestação de serviços de inspeções rotineiras e leituras de instrumentos de auscultação nas estruturas da EMAE teve início e foram concluídas as obras de recuperação das estruturas

civis da Barragem de Pirapora, o que melhorou os aspectos civis da estrutura e elevou sua confiabilidade.

Em relação ao capital econômico e financeiro, o lucro líquido em 2020 foi de R\$ 198,5 milhões, um aumento de 114% em relação ao ano anterior. Isto se deu principalmente em função da revisão do plano de investimentos das usinas sob concessão, que levou à redução do valor provisionado no resultado de 2020, reduzindo o custo do serviço versus o apurado em 2019. Outro destaque foi a declaração de dividendos em valor recorde de R\$ 221,6 milhões, em virtude da distribuição de reservas de lucros obtidos nos exercícios anteriores.

Em 2021, um dos grandes desafios é manter os indicadores de disponibilidade e desempenho das usinas dentro dos parâmetros regulatórios, considerando a persistência da situação de pandemia da Covid-19. Outro desafio é o crescimento do parque gerador, com o início da expansão do parque térmico – em área da empresa localizada na Zona Sul de São Paulo – e o avanço do processo de revitalização do Rio Pinheiros para alcançar as metas estabelecidas até 2022.

A Companhia agradece e segue com o cuidado e a valorização do corpo funcional com a continuidade das ações de saúde no trabalho, segurança, treinamento e desenvolvimento, especialmente nesse momento de pandemia em que o planeta ainda vive. Também agradece a parceria com os fornecedores, o direcionamento estratégico e o acompanhamento das atividades pelos Conselheiros e o apoio dos acionistas.

2. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA





2.1. Atividades

Perfil

Autorizada a operar como concessionária de uso de bem público para a geração e comercialização de energia elétrica, a EMAE tem sob sua gestão quatro aproveitamentos hidrelétricos – três usinas próprias e uma pequena central, que pertence à sua subsidiária integral Pirapora Energia S.A. – em área que se estende desde o município de Salto até a Baixada Santista, no Estado de São Paulo., Conta também com uma usina termelétrica instalada na capital paulista e arrendada para a Baixada Santista Energia – BSE, subsidiária integral da Petrobras.

Seus principais produtos são: (i) suprimento de energia elétrica; (ii) construção de ativos; e (iii) prestação de serviços de operação e manutenção de instalações de usinas e estruturas correlatas para empresas e órgãos públicos.

Parque Gerador

	Usina	Localização	Potência instalada (MW)	Garantia física (MW médios)	Data da outorga	
					Início	Vencimento
	UHE Henry Borden	Cubatão, SP	889,0	121,40	01/01/2013	30/11/2042
	UHE Porto Cóes	Salto, SP	24,8	11,63	01/01/2013	30/11/2042
	UHE Rasgão	Pirapora do Bom Jesus, SP	22,0	11,84	01/01/2013	30/11/2042
	PCH Pirapora	Pirapora do Bom Jesus, SP	25,0	17,17	24/06/2008	31/12/2044
	UTE Piratininga	São Paulo, SP	Localizada às margens do Rio Pinheiros, próximo ao Reservatório Billings, a Usina Termoeletrica tem capacidade total de 472 MW e, desde 2007, está arrendada para a Baixada Santista Energia – BSE, subsidiária integral da Petrobras. Nota Explicativa n.º6			

Além do parque gerador, a Companhia controla um sistema hidráulico formado por diques, barragens, reservatórios - como o Billings e Guarapiranga, no extremo sul da cidade de São Paulo, assim como as usinas elevatórias de Traição e Pedreira, e o canal do Rio Pinheiros, na cidade de São Paulo.

Principais projetos e realizações

A Companhia deu continuidade aos projetos e investimentos em modernização, incorporação de novas tecnologias e ampliação da capacidade, assim como da confiabilidade de geração, seguindo as diretrizes estabelecidas em seu planejamento estratégico. Todo o cronograma de manutenções de 2020 foi cumprido, superando as restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Dessa forma, a EMAE continuou atuando no sentido de garantir a adequada manutenção das condições operacionais, com confiabilidade em termos de equipamentos e sistemas de suas usinas e estruturas, com consequente manutenção dos indicadores de indisponibilidade e desempenho dentro dos parâmetros regulatórios.

O projeto de instalação de usinas fotovoltaicas flutuantes nos reservatórios sob sua gestão é considerado muito especial para a EMAE, pois está alinhado com a preocupação da Companhia com as questões ambientais, envolvendo o desenvolvimento de fontes alternativas e sustentáveis na geração de energia elétrica. Em fevereiro de 2020, o projeto piloto começou a operar, em fase de teste, com uma usina fotovoltaica flutuante de 100 kW - a primeira da cidade de São Paulo - em área de 1.000 m² do reservatório Billings, em área próxima à usina elevatória de Pedreira.

A iniciativa para viabilizar o projeto de substituição da tecnologia de duas unidades da UTE Piratininga, que data de 1954, por sistema de geração a gás natural, teve continuidade no decorrer do ano. A nova tecnologia permitirá a ampliação da potência de geração sem incorrer em aumento da emissão de poluentes. Após a obtenção da licença prévia que aprovou a viabilidade ambiental do projeto em 2019, válida até 2023, foram iniciadas as atividades para atendimento das condicionantes estabelecidas na licença, além de estudos para definição da estratégia de implantação dessas unidades térmicas.

Outro projeto relevante da EMAE é a motorização para aproveitamento hidrelétrico da barragem Edgard de Souza, em Santana do Parnaíba, SP. Em 2020, foi obtido o registro de adequação do sumário executivo do potencial hidráulico, considerando o projeto de 11.960 kW de potência instalada. Com isso, a Companhia pode passar às próximas etapas do projeto que envolvem a obtenção de licenciamento ambiental e a outorga de recursos hídricos para a implantação da PCH.

Dentre as demais realizações do ano, destacam-se:

- Usina Elevatória São Paulo - início de projeto para substituição da atual subestação por uma compacta a gás.
- Usina Henry Borden - dentro do processo de modernização do Complexo, foi realizada a instalação de um transformador elevador trifásico, restabelecendo, assim, as condições operacionais da unidade geradora nº 4. Teve início, também, o contrato de fornecimento de quatro rotores Pelton para substituição ao longo de 2021.

- Usina de Porto Góes – instalação de novo transformador de 30 MVA, ampliando a confiabilidade do empreendimento.
- Usina de Rasgão - reforma e modernização das instalações da Usina de Rasgão, visando a ampliação da segurança.
- PCH Pirapora – criação do “Parque dos Romeiros”, condição vinculada à manutenção da licença de operação da usina.

Também em 2020, a Companhia deu início à instalação de uma Plataforma de Gestão do SMF – Sistema de Medição e Faturamento, de modo a agregar maior confiabilidade e recursos visando ao atendimento dos requisitos dos submódulos do ONS.

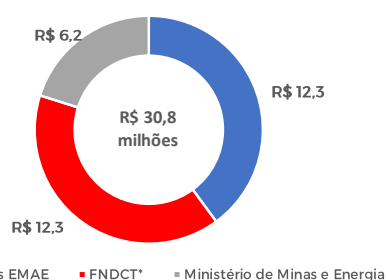
Pesquisa & Desenvolvimento

Do total da receita operacional líquida, 1% é destinado para pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme determinado pela legislação em vigor (Lei nº 9.991/00, conforme alterada).

No exercício de 2020, foi concluído o projeto de análise da variabilidade solarimétrica e redução da vida útil de sistemas fotovoltaicos em locais inóspitos: estudo de caso na região do Tietê, próximo à barragem Edgard de Souza. Seguimos

com o projeto para desenvolvimento de plataforma de monitoramento hidro ambiental multiuso e iniciamos o desenvolvimento de Solução Mecânica Automática para Retenção e Coleta de Resíduos Sólidos no Sistema Alto-Tietê.

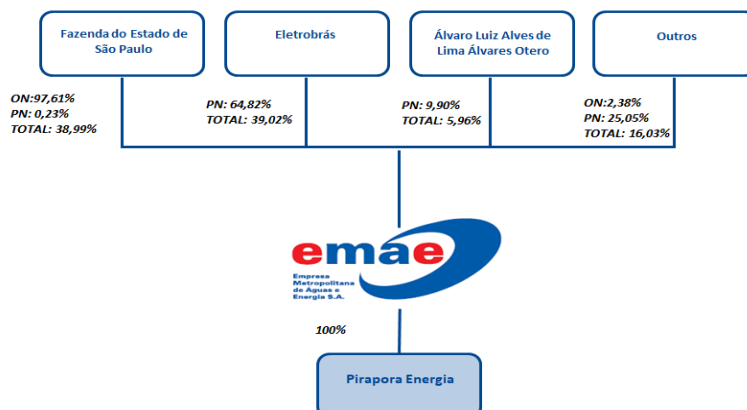
Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico
Recursos destinados - set/ 04 a dez/ 20



* FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

2.2. Estrutura de Controle

A EMAE é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na B3 – Brasil, Bolsa Balcão sob os códigos EMAE3 (ações ordinárias – ON) e EMAE4 (ações preferenciais – PN) e controle acionário do Governo do Estado de São Paulo. O Estado detém diretamente 97,6% das ações ordinárias, com direito a voto, e, indiretamente, por meio da Companhia do Metropolitano de São Paulo as demais 2,4% ações ordinárias.



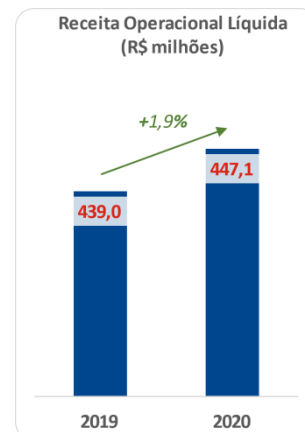
2.3. Dados Econômico-Financeiros

Receita operacional

A EMAE registrou ao fim de 2020 receita operacional líquida de R\$ 447,1 milhões, montante 1,9% superior ao obtido no exercício anterior.

Com a pandemia de coronavírus que acometeu o país em 2020, houve retração econômica e, conseqüentemente, redução no consumo e sobreoferta de energia para os próximos anos. Dessa forma, os leilões de energia foram adiados. Ainda assim, as receitas da EMAE não foram impactadas pela pandemia e o reajuste do ciclo tarifário publicado em julho de 2020 manteve a correção de tarifas pelo IPCA. Nesse ciclo, além do incremento pela correção monetária, a Companhia registrou adicional de receita pelo bom desempenho da Usina Henry Borden (Cubatão/SP).

Outro aspecto que contribuiu para a manutenção das receitas em 2020 foi a revisão da taxa regulatória (WACC), a qual é utilizada para remunerar os investimentos realizados nas usinas. A EMAE participou do processo de revisão dessa taxa, por meio de associação de geradores.

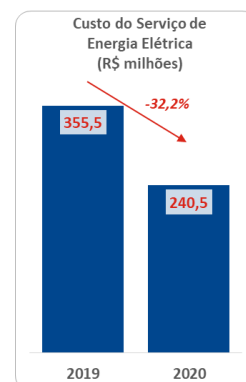


Custo do serviço de energia elétrica e resultado bruto

Em 2020, o custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 240,5 milhões, redução de 32,3% frente ao reportado no exercício de 2019. A principal razão da queda é a revisão do plano de investimentos, inerentes às obrigações previstas no contrato de concessão, e conseqüente necessidade de menor provisionamento.

Buscando a modernização, eficiência e a redução dos riscos relacionados à produção energética a EMAE investiu R\$ 41,3 milhões no exercício. Conforme observado nas normas contábeis, o valor investido deve ser amortizado de forma linear até o final da concessão uma vez que os benefícios econômicos inerentes pela correta aplicação dos recursos produzirão retorno (fluxos de caixa) até 30 de novembro de 2042.

Por outro lado, outros itens relevantes do custo do serviço de energia elétrica contrabalancearam o impacto positivo da reversão de provisão, como: (i) aumento de 15,2% dos encargos pagos pelo uso de rede elétrica que passaram para R\$ 41,6 milhões em 2020 versus R\$ 36,1 milhões em 2019; (ii) avanço de 10,4% nos gastos com pessoal (R\$ 85,5 milhões em 2020 versus R\$ 77,4 milhões em 2019); e (iii) Provisões judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) com aumento de 3,9 vezes, passando para R\$ 16,6 milhões em 2020 versus R\$ 4,2 milhões em 2019.



Com a redução apresentada no custo do serviço de energia elétrica, o lucro bruto da EMAE totalizou R\$ 206,6 milhões, significativamente superior ao registrado no ano anterior, de R\$

83,5 milhões. A margem bruta sobre a receita operacional foi de 46,2%, 27,2 pontos percentuais acima da auferida no exercício anterior de 19,2%.

Despesas operacionais

Em 2020, o total das despesas operacionais atingiu R\$ 63,5 milhões, valor 30,6% superior na comparação com os R\$ 48,6 milhões reportados em 2019. Considerando apenas o grupo de despesas gerais e administrativas, a alta alcançou 28,7% no período (R\$ 13,7 milhões), principalmente em função de maiores gastos com serviço de terceiros, pessoal, aluguéis e depreciação.

EBITDA

A geração operacional de caixa medida pelo Ebitda foi de R\$ 149,1 milhões em 2020 e a margem sobre a receita líquida, de 33,3%. A despeito da manutenção da receita e aumento das despesas operacionais entre exercícios fiscais, o desempenho do indicador foi positivamente influenciado pela forte redução do custo do serviço de energia elétrica.

R\$ milhões	2020	2019	Δ% ANO
Receita operacional líquida	447,1	439,0	1,9
Custo	(240,5)	(355,5)	-32,3
Despesas operacionais	(63,5)	(48,6)	30,6
Depreciação e amortização	6,0	5,8	3,4
EBITDA	149,1	40,7	267,1
Margem EBITDA	33,3%	9,3%	+ 24 p.p

Resultado financeiro

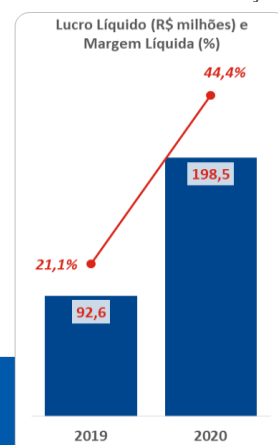
O resultado financeiro líquido da EMAE em 2020 foi positivo em R\$ 127,9 milhões, avanço de 43,8% em relação ao resultado positivo de R\$ 88,9 milhões registrados no exercício anterior. A variação entre períodos decorre, principalmente, pela conta de variações monetárias, que totalizou R\$ 100,8 milhões em 2020, montante 84,8% superior ao registrado no ano anterior. Essa conta inclui a atualização monetária do contrato de arrendamento da UTE Piratininga que totalizou R\$ 95,3 milhões, 98,6% acima dos R\$ 47,9 milhões apresentados em 2019.

As receitas financeiras somaram R\$ 32,5 milhões, o que representa redução de 22,5% comparado ao exercício de 2019, dada a queda nos rendimentos de aplicações financeiras e aos menores juros recebidos sobre o arrendamento da UTE Piratininga.

Já as despesas financeiras apresentaram redução de 28,2%, ao atingir R\$ 5,5 milhões, em decorrência de menores valores dispendidos com encargos sobre tributos e contribuições sociais e valor de atualização de óleo combustível.

Lucro líquido

Com os impactos positivos da revisão do plano de investimentos e a atualização monetária do contrato de arrendamento da UTE



Piratininga, o lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social atingiu R\$ 271,0 milhões em 2020, expressivo avanço de 119% em relação aos R\$ 123,8 milhões do exercício anterior.

Após o imposto de renda e contribuição social a EMAE encerrou o exercício fiscal com lucro líquido de R\$ 198,5 milhões e margem líquida de 44,4%, avanço de 114,3% e 23 pontos percentuais frente aos números de 2019, R\$ 92,6 milhões e 21,1%, respectivamente.

Endividamento

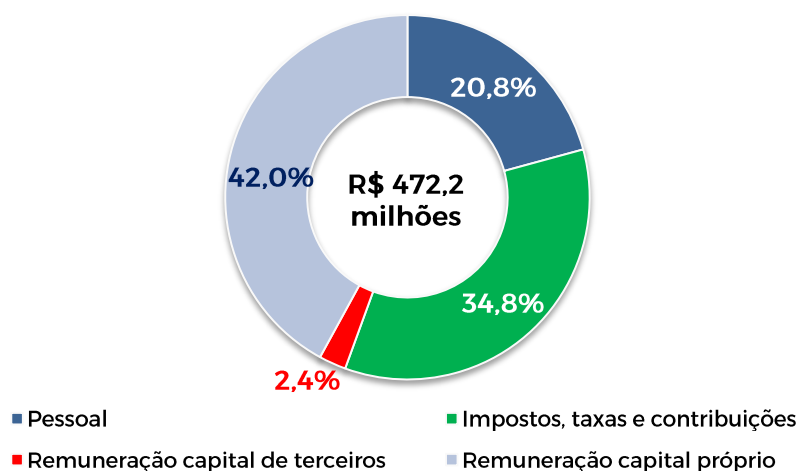
Com sólida posição financeira e baixo grau de alavancagem, a dívida bruta consolidada em 31 de dezembro 2020 somava R\$ 66,4 milhões, montante 9,3% inferior à posição registrada no encerramento de 2019, de R\$ 73,2 milhões. O único endividamento da Companhia é representado por financiamento obtido com o BNDES, em 2012, para a construção de uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica) pela controlada Pirapora Energia S.A. Seu vencimento previsto para 15 de setembro 2030, com atualização pela TJLP + 1,9% ao ano.

Ao fim do exercício social de 2020, as disponibilidades representadas por caixa e equivalentes de caixa alcançaram R\$ 518,7 milhões, ante R\$ 412,9 milhões em 31 de dezembro 2019 evolução de 25,6% no período.

Nesse sentido, a posição de dívida líquida da Companhia permanece positiva (caixa líquido) em R\$ 452,4 milhões ao final de 2020 frente ao saldo líquido positivo de R\$ 339,7 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Em 10 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da EMAE, na qualidade de Acionista Único da controlada, aprovou a integralização de R\$ 64 milhões no capital social da Pirapora Energia S.A. com o objetivo de quitação integral e antecipada do financiamento com o BNDES. A quitação está prevista para ocorrer ainda no primeiro semestre de 2021.

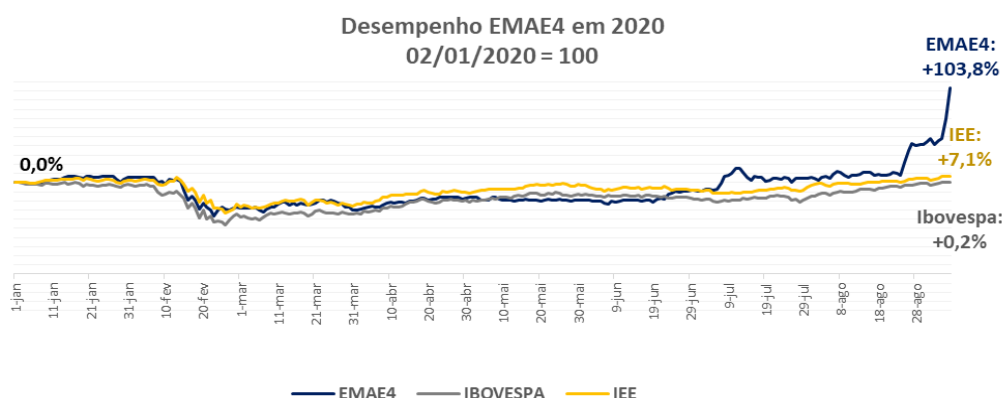
Distribuição do Valor Adicionado



Mercado de Capitais

A EMAE tem seu capital representado por ações ordinárias e preferenciais que, desde março de 1998, são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa Balcão sob os códigos EMAE3 (ON) e EMAE4 (PN).

Em 2020, as ações preferenciais encerraram o ano cotadas a R\$ 75,41, o que indica valorização de 103,8%. No mesmo período, o Ibovespa, principal índice da B3, e o IEE, índice composto por uma carteira de ativos de maior negociabilidade e representatividade do setor de energia elétrica, tiveram alta de 0,2% e 7,1%, respectivamente.



Remuneração aos acionistas

Em 2020, a EMAE aprovou a distribuição recorde de remuneração aos acionistas, no montante total bruto de R\$ 259,2 milhões, sendo:

- R\$ 37,6 milhões na forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), representando o valor líquido de R\$ 0,8162 por ação ordinária e R\$ 0,8978 por ação preferencial, com pagamento em 30/12/2020. O valor será imputado ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2020, a ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária; e
- R\$ 221,6 milhões na forma de dividendos, mediante a reversão parcial do saldo da reserva de lucros de exercícios anteriores, representando o equivalente a R\$ 5,6570 por ação ordinária e R\$ 6,2227 por ação preferencial, com pagamento em 29/01/2021.

Para aprovação da Assembleia Geral Ordinária em 23 de abril de 2021, a Administração da EMAE está propondo dividendos totais referentes ao exercício de 2020 de R\$ 67,6 milhões, referentes a dividendo obrigatório, realização de lucros e proposta de pagamento de dividendo adicional relativos ao exercício de 2020, dos quais serão descontados os JCP declarados e pagos em 2020.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Principais Indicadores

	2020	2019	Δ%
OPERACIONAIS			
Potência instalada (MW)	960,8	960,8	-
Energia gerada (MWh)	1.414.115	2.038.978	-30,6
ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$ milhões)			
Receita operacional líquida	447,1	439,0	1,8
Custo de geração e prestação de serviços	302,0	403,2	-25,1
Receita Financeira	127,9	88,9	43,8
Lucro líquido do exercício	198,5	92,6	114,4
EBITDA	149,1	60,3	147,3
Margem EBITDA	33%	13,7%	19,3 p.p.
Dívida bruta	66,4	73,2	-9,3
Lucro por ação (R\$)	5,37	2,51	113,9
SOCIAIS			
Número de empregados	446	457	-2,4
Receita líquida por empregado (R\$ milhões)	1,00	0,96	0,9
Hora treinamento/empregado	15,3	74,4	-79,8

A energia gerada e a potência das hidrelétricas da EMAE são contratadas pelo Poder Concedente no regime de cotas, enquanto sua controlada Pirapora tem 90% de sua garantia física contratada por meio de leilão regulado.

As cotas são estabelecidas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica que define a Receita Anual de Geração (RAG) com reajuste anual e revisão a cada cinco anos. Ao mesmo tempo, de acordo com o regime de cotas, a EMAE não participa do risco hidrológico, e os encargos de uso da rede elétrica e os encargos setoriais associados às usinas hidrelétricas sob sua gestão são apenas repassados aos agentes correspondentes.

Os aproveitamentos hidrelétricos outorgados à EMAE e sua subsidiária totalizam 960,8 MW de potência instalada em 2020, o que representa 0,86% da capacidade de geração hidrelétrica no Brasil.

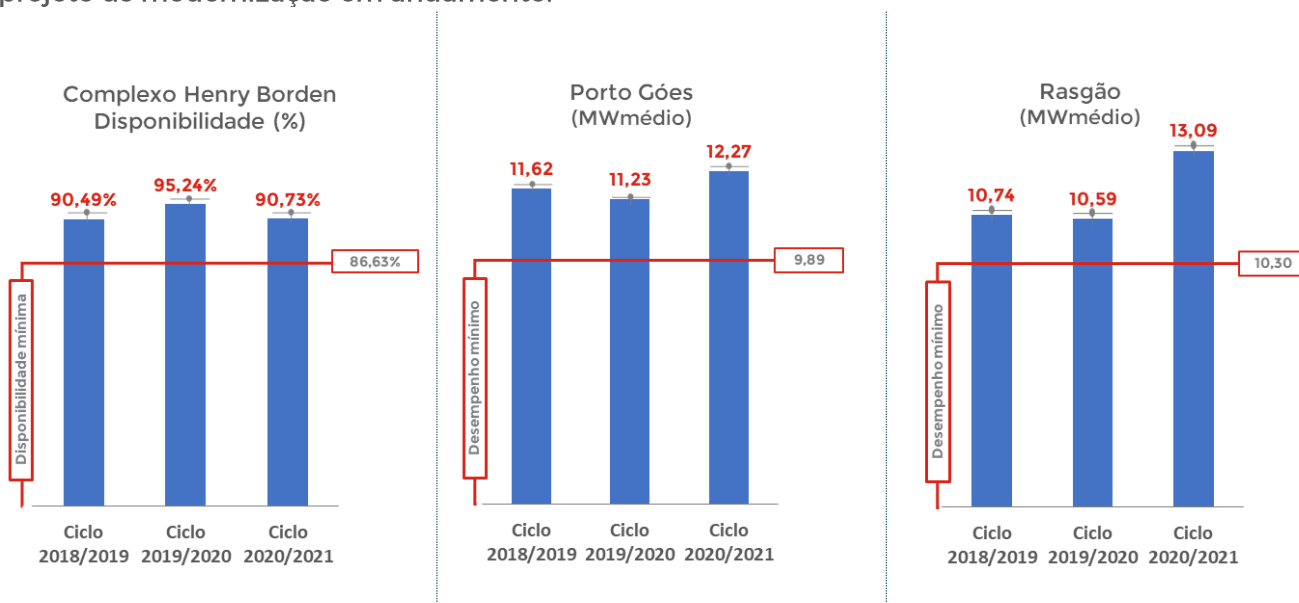
Padrão de qualidade da geração

A ANEEL avalia a qualidade do serviço prestado pelas usinas hidrelétricas no regime de cotas por meio do indicador de desempenho Aji - Ajuste pela Indisponibilidade e esse indicador é, conforme resultado, somado ou subtraído do cálculo do reajuste tarifário anual em julho de cada ano.

A EMAE atua continuamente no sentido de manter os indicadores de desempenho de suas usinas dentro dos parâmetros regulatórios. Isso foi um desafio em 2020, considerando a

situação da pandemia e suas implicações, com a introdução das medidas mais rigorosas de distanciamento e higiene, e novas práticas de trabalho.

A Companhia teve sucesso em atender integralmente aos padrões estabelecidos pela ANEEL em todos seus ativos hidrelétricos a despeito de os índices de disponibilidade terem registrado ligeira tendência negativa. Isso vem ocorrendo especialmente nas unidades geradoras do Complexo Henry Borden, em função da proximidade do fim da vida útil de diversos equipamentos dessa usina. Tal situação será revertida com a conclusão do projeto de modernização em andamento.



A subsidiária Pirapora iniciou as atividades em 2015 e em 2020 produziu 133.807,598 MWh, que correspondem a 15,23MW médios no ano, produção 33,6% superior a geração verificada em 2019, superando a geração mínima de 10,3MW, estabelecida pela ANEEL para o ano.

2.5. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia adota diversas ações visando identificar, monitorar e tratar os riscos relacionados às suas atividades. Para consecução desses objetivos, o Departamento de Conformidade é responsável pela gestão de riscos da Empresa.

Reforçando o comprometimento com a evolução de suas práticas de governança, riscos e conformidade (GRC), em março de 2020, a EMAE aprovou sua Política de Gestão de Riscos, estabelecendo diretrizes em relação à identificação e gerenciamento de riscos corporativos que possam vir a impactar o negócio e o alcance de suas estratégias.

Em 2020, foram ainda instituídos novos procedimentos, como a realização do diagnóstico dos processos de segurança da informação, de modo a incorporar as obrigações de conformidade, incluindo as exigências advindas da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Comitê Executivo de Gestão de Riscos

Em fevereiro de 2020, foi constituído o Comitê Executivo de Gestão de Riscos, órgão que presta assessoria à Diretoria, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da EMAE. Seu objetivo é avaliar o monitoramento e as recomendações para aperfeiçoamento do processo de acompanhamento e controle de riscos da Empresa, de forma a apoiar a Administração na gestão dos recursos e na proteção do patrimônio, embasado nas diretrizes estratégicas e no perfil de risco da EMAE.

Comitê de Privacidade

Composto por representantes de todas as diretorias, o Comitê de Privacidade foi criado em dezembro de 2020, com o objetivo de acompanhar o tratamento dado pela Companhia aos dados pessoais, de modo a atender ao disposto na LGPD.

Segurança das Barragens

Como parte de sua estrutura operacional, a EMAE controla um sistema hidráulico que envolve 20 estruturas relacionadas a barramentos, incluindo barragens, diques e sangradouros/vertedouros. Essas estruturas são monitoradas por cerca de 900 instrumentos de auscultação instalados, a partir dos quais são realizadas leituras locais periodicamente, o que gera em torno de 48 mil leituras/ano. Diversos instrumentos são verificados e lidos diariamente e os dados obtidos são inseridos em *software* específico, que permite o acompanhamento criterioso do comportamento dessas estruturas.

Em 2020, foram incorporados avanços em termos de análises e apresentação de relatórios. O atual padrão agrega maior confiabilidade, garantindo as condições de estabilidade e segurança das barragens.

Além das leituras rotineiras dos instrumentos, a EMAE realiza inspeções semestrais de segurança das barragens, antes e depois do período chuvoso, em linha com a exigência legal.

Todas as estruturas da Companhia contam com Plano de Segurança de Barragens, incluindo Planos de Ação de Emergência, que são revisados anualmente. Assim, em 2020 esses planos foram devidamente revisados e atualizados retratando as necessidades organizacionais e atualizações de procedimentos.

Complementando os procedimentos relacionados à segurança, aspectos prioritários na Companhia, são realizadas Revisões Periódicas de Segurança (RPSs), também exigidas pela lei de segurança de barragens. As RPSs têm por objetivo fazer um diagnóstico aprofundado do estado geral de segurança das estruturas, assim como a atualização de informações hidrológicas das bacias hidrográficas, dos critérios de projeto e das condições de uso e ocupação do solo do lado da água represada e à frente da barragem.

Planos de Ação de Emergência - PAE

A EMAE entende que prevenção, informação e cooperação são fundamentais na criação de uma cultura de segurança na região do entorno de suas usinas. Nesse sentido, mantém Planos de Ação de Emergência (PAEs) de suas barragens e demais estruturas que seguem

as exigências da Política Nacional de Segurança de Barragens e incluem procedimentos de notificação e alerta, mapas de inundação, sinalização de rotas de fuga e fluxograma de notificação em emergência.

Todos os PAEs foram revisados e, no decorrer do ano, foram realizadas interações com prefeituras municipais das regiões de atuação da EMAE. A Companhia presta apoio aos órgãos municipais na elaboração de seus Planos de Contingência e tem fornecido placas de sinalizações para identificação de rotas de fugas e pontos de encontros nas Zonas de Autosalvamento. Em 2020 a Companhia definiu as especificações técnicas para contratação de empresas especializadas para as implantações dos PAEs, o que envolve ações como programa de comunicação com a população e treinamentos.

2.6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa da EMAE está pautado em princípios éticos, centrado na integridade e responsabilidade na tomada de decisões, sempre visando a criação de valor para todos os públicos com os quais a Companhia se relaciona. Como sociedade anônima de capital aberto, a EMAE tem na Assembleia Geral de acionistas sua instância máxima de deliberação que conta com o apoio consultivo do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, responsável pela supervisão do processo de indicação e avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais.

O Conselho de Administração tem entre suas principais atribuições, a orientação superior e direcionamento estratégico da Companhia e o acompanhamento dos negócios, assim como dos atos da Diretoria. No atual mandato, o órgão é composto por 11 membros efetivos, sendo dois independentes, além de um eleito pelos acionistas preferencialistas e um representante dos empregados. O órgão conta com o apoio técnico do Comitê de Auditoria, coordenado por um membro do Conselho de Administração e que, além de outras funções, zela pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade e supervisiona a elaboração das demonstrações financeiras, os controles internos e a auditoria interna.

A EMAE possui um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, eleito anualmente pela Assembleia Geral. Ao final de 2020, o Conselho Fiscal era composto por cinco membros efetivos, sendo um eleito pelos preferencialistas, e respectivos suplentes.

A Diretoria da Companhia é responsável pela execução dos negócios e da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. É composta por quatro membros: Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor de Geração.

Além de seu Estatuto Social, políticas, códigos e práticas estabelecem regras e princípios que zelam pela boa governança corporativa da Companhia, como as Políticas de Segurança e Saúde, de Divulgação de Informação Relevante, de Distribuição de Dividendos e de Transações com Partes Relacionadas e relativa à Contratação do Auditor Independente para a realização de outros serviços, além do Código de Conduta e Integridade, disponíveis em: <https://emae.globalri.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos>

Em 2020, novas ferramentas de governança corporativa foram criadas, visando garantir a manutenção das melhores práticas. Foram revisadas e estabelecidas novas políticas de Gestão de Riscos e de Indicação de Administradores, instalado o Regimento interno do Comitê de Ética, adotadas normas e procedimentos para avaliação de transações com partes relacionadas e realizados ajustes pontuais no Programa de Integridade e no Código de Conduta e Integridade. Foi também criado o Comitê Executivo de Gestão de Riscos que presta assessoria à Diretoria, ao Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração.

As ferramentas de acompanhamento e controle dos negócios foram reforçadas com a introdução de processo estruturado de gestão de riscos e controle interno. Em 2020 foi introduzida nova metodologia para a avaliação dos riscos estratégicos da EMAE, identificados no Formulário de Referência, sendo os de maior criticidade aqueles relacionados à reputação, gestão estratégica e modelo de negócio, disponibilidade de capital, acidentes ambientais, segurança da informação, gestão de contratos, recursos humanos e atuariais.

Foi realizado, também, um diagnóstico dos processos de segurança da informação, de modo a incorporar as obrigações de conformidade, especialmente considerando as exigências estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Em julho, a EMAE concluiu a primeira etapa dos trabalhos que envolveu três aspectos: (i) mapeamento da utilização de dados pessoais e/ou sensíveis; (ii) definição do nível de conformidade com a legislação; e (iii) elaboração de plano de ação para obtenção de plena conformidade. A segunda etapa envolve várias atividades, incluindo todas as medidas necessárias estabelecidas no plano de ação. De modo a acompanhar todo o processo de adequação e manutenção das novas diretrizes relacionadas à LGPD, foi criado em dezembro o Comitê de Privacidade, com representantes de todas as diretorias.

Sistema de Controles Internos

A EMAE estabelece as diretrizes para a realização dos seus processos por meio dos documentos de governança e de gestão. Esses documentos explicitam os valores, a alçada e a competência para a execução das atividades, bem como padroniza e estabelece as regras para sua execução.

O controle das atividades da Empresa é realizado por meio do sistema SAP/R3, que é uma ferramenta parametrizada para refletir as regras do negócio estabelecidas nos documentos de gestão e governança. No SAP/R3 estão determinadas as segregações de funções e níveis de aprovações, o orçamento previsto e realizado, as previsões de dispêndio e o fluxo de caixa. Com isso, é possível manter o controle dos ciclos econômico, operacional e financeiro da EMAE com adequado grau de confiabilidade e a correta aplicação das normas contábeis emanadas dos órgãos reguladores, CVM e ANEEL.

Para avaliar e aprimorar os processos e controles internos existentes, bem como estabelecer novas rotinas com vistas a reduzir prazos, aumentar a precisão e a confiabilidade das informações e mitigar riscos, a Companhia conta com o Departamento de Auditoria Interna, valendo-se, usualmente, de comitês multidisciplinares para trabalhos específicos com essa finalidade.

Em 2020, em linha com a busca pela contínua melhoria na transparência e equidade da informação, prestação de contas e responsabilidade, foram estabelecidas as políticas de Gestão de Riscos e de Indicação (informações a seguir em “Políticas e práticas de governança”), além de realizados ajustes pontuais no Programa de Integridade e no Código de Conduta e Integridade. Em sua 3ª versão, aprovada na 363ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 19/02/2020, o Código é um orientador de conduta, inspirado por princípios éticos, definindo os conceitos que norteiam as ações e os compromissos de conduta institucionais nas interações da EMAE, suas subsidiárias, seus colaboradores e todos que atuam em seu nome.

Também foi instalado o Regimento Interno do Comitê de Ética da Companhia, que tem por objetivo orientar, aconselhar, propor ações quanto à disseminação e cumprimento do Código de Conduta e Integridade, avaliar, deliberar e propor sanções sobre condutas que violem regras, valores e princípios constantes no Código.

Ainda relacionado ao sistema de controles, a Companhia assumiu um posicionamento mais detalhado com relação às práticas de conformidade e integridade, no sentido de inserir o ponto de vista de conformidade em todas as tomadas de decisões.

Avaliação dos Administradores

Anualmente o desempenho dos Administradores é avaliado observando os quesitos estabelecidos na Deliberação do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado nº 4, de 24 de novembro de 2019, e em consonância com a Lei 13.303/16, que abordam: (i) a exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; (ii) a contribuição para o resultado do exercício; (iii) a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo; (iv) os aspectos sobre as demonstrações financeiras; (v) o funcionamento do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria; (vi) a interação com o Conselho de Administração; (vii) o conhecimento técnico e da Companhia, e (viii) a autoavaliação individual.

O resultado da avaliação realizada em 2020 classifica a atuação -colegiada ou individual- dos Administradores como superior às expectativas legais e estatutárias.

Audidores Independentes – ICVM 381/03

Em junho de 2020, a Companhia contratou a empresa Russel Bedford Brasil Auditores Independentes S/S como seu auditor externo, uma vez que a empresa de auditoria externa anterior havia cancelado seu registro junto à CVM.

Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, a Russel Bedford Brasil não prestou outros serviços além daqueles relacionados aos exames das demonstrações financeiras e contábeis regulatórias da EMAE e de sua subsidiária integral Pirapora Energia S.A..

2.7. COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Subordinado à Assembleia Geral de Acionistas, a instância máxima da Administração da EMAE é o Conselho de Administração, composto por onze membros eleitos pela Assembleia Geral. Dentre os membros do Conselho de Administração, o Estatuto Social da EMAE assegura a participação de, no mínimo, um membro Independente, um membro eleito pelos acionistas preferencialistas, em eleição em separado, e um membro eleito pelos empregados. Também integra o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente da Companhia.

Ao final de 2020, sua composição era a seguinte:

Nome	Cargo
Luiz Carlos Lustre	Presidente do Conselho
Eduardo de Freitas Teixeira	Conselheiro independente
Raul Iberê Malagó	Conselheiro Independente
Marcio Rea	Conselheiro eleito por Controlador
Nelson Luiz Rodrigues Nucci	Conselheiro eleito por Controlador
Paulo Ferreira	Conselheiro eleito por Controlador
Carlos Antonio Luque	Conselheiro eleito por Controlador
Rita Joyanovic	Conselheira eleita por Controlador
Zevi Kann	Conselheiro eleito por Controlador
Ronaldo Garcia Barboza	Conselheiro representante dos acionistas preferencialistas
Paulo Cesar do Carmo	Conselheiro representante dos empregados

Diretoria

A Diretoria Executiva da Companhia (Diretoria) é composta por um Diretor-Presidente e três diretores, que exercem suas atribuições de acordo com o determinado pelo Estatuto Social e o Regimento Interno da Diretoria. Seus membros são eleitos pelo Conselho de Administração, para mandato de dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Durante o exercício social de 2020, a Diretoria Executiva realizou 56 Reuniões de Diretoria.

Em 22 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia elegeu o Sr. Marcio Rea para o cargo de Diretor-Presidente, posição que ocupava interinamente desde janeiro de 2020, e o Sr. Pablo Andrés Fernández Uhart para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, em substituição ao Sr. Luigi Camilo Amadeu Lazzuri Neto. Ainda, em 01/09/2020, foi eleito o Sr. Paulo Ernesto Strazzi para o cargo de Diretor Administrativo, posição que o Diretor Presidente acumulava até então.

Ao final de 2020, a composição da Diretoria Executiva da EMAE era a seguinte:

Nome	Cargo
Marcio Rea	Diretor-Presidente
Pablo Andrés Fernández Uhart	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Paulo Ernesto Strazzi	Diretor Administrativo
Itamar Rodrigues	Diretor de Geração

Remuneração

A remuneração dos Administradores da EMAE (conselheiros e diretores) e membros do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, acionista controlador da Companhia, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC), e estão sujeitas à aprovação em Assembleia Geral.

Estabelecida a remuneração dos diretores, a remuneração dos conselheiros é fixada em percentuais sobre a remuneração desses diretores, sendo 30% para membros do Conselho de Administração e 20% para membros do Conselho Fiscal. Excetua-se deste critério a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, que é fixada por meio de deliberação do CODEC.

Os diretores têm sua remuneração composta de honorários, bônus, abono anual (equivalente ao 13º salário), adicional de 1/3 sobre os honorários a título de férias e benefícios.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal têm a remuneração composta de honorários e gratificação anual. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 41 do Estatuto, a remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral e, nos casos em que os integrantes do Comitê também sejam membros do Conselho de Administração, não será cumulativa.

Para o ano de 2020, o valor total da remuneração dos administradores aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, considerando os benefícios e encargos legais, foi de R\$ 3,4 milhões, incluindo a remuneração variável dos diretores.

2.8. Responsabilidade Ambiental

A preservação do meio ambiente é incorporada no planejamento e execução de todas as operações e projetos da EMAE. Uma das práticas adotadas é o gerenciamento de resíduos, o que inclui tanto os detritos que chegam às suas estruturas e reservatórios quanto o lixo gerado em seus escritórios. Os resíduos são recolhidos e encaminhados para descarte adequado, sendo destinados para reciclagem por cooperativas, para processos de compostagem ou para aterros sanitários oficiais, dependendo de suas características.

O processo de remoção de detritos e vegetação flutuante contribui para melhoria das instalações no médio Tietê e rio Pinheiros, reduzindo o volume que se acumularia nos equipamentos das estruturas, inclusive das usinas elevatórias.

Os Ecoboats, utilizados no rio Pinheiros, são embarcações coletoras de resíduos flutuantes para auxiliar na limpeza do rio. Os dois Ecoboats em operação atualmente foram desenvolvidos nas oficinas da EMAE.

A EMAE instalou cerca de 20 novas barreiras flutuantes nas desembocaduras de todos os córregos que chegam ao rio Pinheiros. Com isso, grande volume de detritos fica retido antes de chegar ao rio, evitando sua dispersão ao longo do espelho d'água. Os resíduos retidos nas barreiras são removidos com o uso dos conjuntos escavo-barcaças.

Visando promover a recuperação ambiental e paisagística das margens do rio Pinheiros, a EMAE também participa do projeto Pomar Urbano. O projeto desenvolvido em parceria com a SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do estado de São Paulo, é voltado para o plantio de espécies nativas da Mata Atlântica no entorno do rio.

A Companhia também participa, em conjunto com a SIMA, da implantação de parque linear na margem oeste do rio Pinheiros, com extensão aproximada de 17 km, denominado Parque Novo Rio Pinheiros, que integra o projeto Novo Rio Pinheiros. A iniciativa possibilitará a construção de nova área de lazer com extensão de 8,2 km, interligando outros parques públicos da região e contará com nova ciclovia, pista de caminhada e espaços para exercícios físicos, alimentação e estacionamentos, sem produzir ônus, vínculo ou receita para a Companhia.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ATIVO

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores em milhares de reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	507.702	397.457	518.714	412.922
Revendedores.....	5	36.526	33.769	40.805	37.979
Ativo financeiro indenizável.....	10	14.848	14.990	14.848	14.990
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....		11.342	2.771	11.245	2.946
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....		1.420	1.199	1.420	1.199
Estoque.....		1.865	1.609	1.865	1.609
Despesas antecipadas.....		4.443	2.930	4.550	3.000
Arrendamento UTE Piratininga.....	6	112.714	91.558	112.714	91.558
Ativo financeiro - Sabesp.....	20.1	17.584	16.824	17.584	16.824
Cauções e depósitos vinculados.....	9	11.749	11.671	14.466	11.671
Outros créditos.....	7	8.083	10.621	3.616	6.537
		<u>728.276</u>	<u>585.399</u>	<u>741.827</u>	<u>601.235</u>
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Arrendamento UTE Piratininga.....	6	283.387	294.160	283.387	294.160
Ativo financeiro - Sabesp.....	20.1	77.677	85.208	77.677	85.208
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		48.052	-	48.052	-
Cauções e depósitos vinculados.....	9	25.329	14.124	25.329	17.067
Ativo financeiro indenizável.....	10	102.919	77.660	102.919	77.660
Ativo reversível da concessão.....	11	195.374	195.374	195.374	195.374
Investimentos.....	12	96.996	96.973	1.390	1.390
Imobilizado.....	13	78.683	72.147	227.463	222.237
Intangível.....		7.730	5.657	7.999	6.004
		<u>916.147</u>	<u>841.303</u>	<u>969.590</u>	<u>899.100</u>
TOTAL DO ATIVO.....		<u>1.644.423</u>	<u>1.426.702</u>	<u>1.711.417</u>	<u>1.500.335</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanços Patrimoniais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EMAEE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores em milhares de reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores.....		4.192	4.413	4.656	4.627
Financiamento.....	14	-	-	66.361	5.208
Folha de pagamento.....		4.593	3.257	4.593	3.257
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....		15.982	14.491	15.982	14.491
Entidade de previdência a empregados.....	15	31.744	4.915	31.744	4.915
Tributos e contribuições sociais.....		5.562	5.469	5.718	5.676
Dividendos e juros sobre capital próprio.....		237.990	26.880	237.990	26.880
Serviços - Canal Pinheiros.....	20.3	-	53	-	53
Obrigações Setoriais.....		4.477	6.439	4.490	6.445
Obrigações Especiais - RGR.....	17	1.801	1.801	1.801	1.801
Cauções e depósitos vinculados.....		11.288	11.095	11.288	11.095
Encargos de uso da rede elétrica.....		196	183	196	205
Obrigações COMGAS.....	18.1	481	-	481	-
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	18.2	38.200	38.410	38.200	38.410
Outros passivos.....		10.071	1.594	10.071	1.594
		<u>366.577</u>	<u>119.000</u>	<u>433.571</u>	<u>124.657</u>
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos.....	14	-	-	-	67.976
Entidade de previdência a empregados.....	15	308.005	44.071	308.005	44.071
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	8.2	-	33.803	-	33.803
Obrigações COMGAS.....	18.1	9.993	-	9.993	-
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	18.2	166.275	169.868	166.275	169.868
Obrigações Setoriais.....		769	769	769	769
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários...	16	65.291	58.165	65.291	58.165
Obrigações Especiais - RGR.....	17	9.000	10.801	9.000	10.801
		<u>559.333</u>	<u>317.477</u>	<u>559.333</u>	<u>385.453</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social.....		285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital.....		387.130	387.130	387.130	387.130
Outros resultados abrangentes.....		(186.123)	8.832	(186.123)	8.832
Reservas de lucros.....		218.095	308.852	218.095	308.852
Dividendo adicional proposto.....		14.000	-	14.000	-
		<u>718.513</u>	<u>990.225</u>	<u>718.513</u>	<u>990.225</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		<u>1.644.423</u>	<u>1.426.702</u>	<u>1.711.417</u>	<u>1.500.335</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA	22	414.106	405.996	447.131	439.003
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	23	(234.868)	(347.268)	(240.538)	(355.524)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		179.238	58.728	206.593	83.479
Receitas/Despesas Operacionais					
Despesas gerais e administrativas.....	23	(57.072)	(47.586)	(61.371)	(47.693)
Outras receitas e (despesas).....	23	(1.877)	(926)	(2.108)	(926)
Equivalência Patrimonial em controlada.....	12	17.354	18.540	-	-
		(41.595)	(29.972)	(63.479)	(48.619)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		137.643	28.756	143.114	34.860
RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS					
Receitas.....	24	32.038	40.334	32.542	41.983
Despesas.....	24	(798)	(1.545)	(5.462)	(7.610)
Variações monetárias líquidas.....	24	100.852	54.565	100.852	54.565
		132.092	93.354	127.932	88.938
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		269.735	122.110	271.046	123.798
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes.....	8.1/8.2	(52.674)	(58.197)	(53.985)	(59.885)
Diferidos.....	8.1/8.2	(18.576)	28.723	(18.576)	28.723
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		198.485	92.636	198.485	92.636
LUCRO ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores e não controladores.....		198.485	92.636	198.485	92.636
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR:					
Ação preferencial.....	21.2	R\$ 5,57381	R\$ 2,60139	R\$ 5,57381	R\$ 2,60139
Ação ordinária.....	21.2	R\$ 5,06710	R\$ 2,36490	R\$ 5,06710	R\$ 2,36490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
	Acumulado	Acumulado
Lucro líquido do exercício.....	198.485	92.636
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado.....		
Ajuste de avaliação atuarial.....	(295.387)	85.892
Efeito de imposto de renda e contribuição social.....	100.432	(29.203)
Total do resultado abrangente do exercício.....	3.530	149.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCRO					DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	INCENTIVOS FISCAIS		RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	RECOMPRA DE OUTORGA	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	RESERVA DE RECOMPOSIÇÃO DE ATIVOS			
Saldos em 1 de janeiro de 2019.....	285.411	383.618	3.512	(47.857)	16.328	15.022	72.331	55.598	84.892	-	-	868.855
Ganhos e perdas atuariais líquido do efeito tributário.....	-	-	-	56.689	-	-	-	-	-	-	-	56.689
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.636	92.636
Constituição de reserva legal.....	-	-	-	-	4.632	-	-	-	-	-	(4.632)	-
Realização de reserva de lucros a realizar.....	-	-	-	-	-	-	-	(5.954)	-	-	-	(5.954)
Recomposição de Ativos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	66.003	-	(66.003)	-
Dividendo obrigatório.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.001)	(22.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2019.....	285.411	383.618	3.512	8.832	20.960	15.022	72.331	49.644	150.895	-	-	990.225
Realização integral reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	-	-	(15.022)	-	-	-	-	-	(15.022)
Realização integral reserva recompra de outorga.....	-	-	-	-	-	-	(72.331)	-	-	-	-	(72.331)
Realização parcial reserva de recomposição de ativos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.240)	-	-	(134.240)
Constituição de reserva recompra de outorga.....	-	-	-	-	-	-	127.421	-	-	-	(127.421)	-
Ganhos e perdas atuariais líquido do efeito tributário.....	-	-	-	(194.955)	-	-	-	-	-	-	-	(194.955)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	198.485	198.485
Constituição de reserva legal.....	-	-	-	-	9.924	-	-	-	-	-	(9.924)	-
Realização de reserva de lucros a realizar.....	-	-	-	-	-	-	-	(6.509)	-	-	-	(6.509)
Dividendo adicional proposto.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.000	(14.000)	-
Dividendo obrigatório (JCP).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.140)	(47.140)
Saldos em 31 de dezembro de 2020.....	285.411	383.618	3.512	(186.123)	30.884	-	127.421	43.135	16.655	14.000	-	718.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
MÉTODO INDIRETO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Atividades operacionais				
Resultado do exercício.....	198.485	92.636	198.485	92.636
Resultado de equivalência patrimonial.....	(17.354)	(18.540)	-	-
Depreciação/ amortização.....	1.836	1.674	5.999	5.761
Despesa de entidade de plano de previdência.....	2.935	6.324	2.935	6.324
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	542	21	542	21
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	16.636	4.223	16.636	4.223
Tributos diferidos.....	18.575	(28.723)	18.575	(28.723)
Juros sobre financiamento.....	-	-	4.652	6.058
Provisão - Investimentos na Concessão.....	208	141.946	208	141.946
Atualização depósitos vinculados.....	(416)	394	(416)	394
Realização de receita diferida.....	-	(5.272)	-	(5.272)
Juros e variações monetárias acordo Sabesp.....	(11.042)	(11.702)	(11.042)	(11.702)
Juros e variações monetárias do arrendamento UTP Piratinga.....	(110.821)	(66.005)	(110.821)	(66.005)
Variações nos ativos e passivos				
Revendedores.....	(2.757)	493	(2.826)	523
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	(221)	411	(221)	442
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	46.576	55.062	48.016	56.444
Serviços - Canal Pinheiros.....	(53)	3.227	(53)	3.227
Estoques.....	(256)	321	(256)	321
Despesas antecipadas.....	(1.513)	(1.434)	(1.550)	(1.423)
Cauções e depósitos vinculados.....	(10.867)	(2.486)	(10.641)	(2.079)
Sabesp.....	17.813	17.246	17.813	17.246
Outros créditos.....	1.714	3.622	2.379	4.310
Fornecedores.....	(221)	(2.094)	29	(2.136)
Folha de pagamento.....	1.336	(2.234)	1.336	(2.234)
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	1.491	4.314	1.491	4.314
Contribuições para plano de previdência.....	(7.559)	(3.101)	(7.559)	(3.101)
Tributos e contribuições sociais.....	93	(659)	42	(633)
Taxas regulamentares.....	(1.962)	1.244	(1.955)	1.245
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas.....	(9.510)	(4.119)	(9.510)	(4.119)
Encargos de uso da rede elétrica.....	13	1	(9)	6
Depósitos vinculados.....	193	-	193	-
Obrigações Comgás.....	10.474	-	10.474	-
Obrigações especiais - RGR.....	(1.801)	(1.800)	(1.801)	(1.800)
Outros.....	8.478	(2.617)	8.478	(2.617)
	151.045	182.373	179.623	213.597
Juros de financiamento pago.....	-	-	(4.688)	(5.835)
Dividendos recebidos.....	17.613	15.360	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(58.713)	(56.775)	(59.881)	(58.332)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	109.945	140.958	115.054	149.430
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado.....	(7.299)	(3.406)	(10.074)	(5.045)
Ativos financeiros indenizáveis.....	(29.128)	(20.171)	(29.128)	(20.171)
Aquisição de intangível.....	(3.146)	(3.115)	(3.146)	(3.508)
Recebimento de arrendamento financeiro.....	100.438	94.300	100.438	94.300
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	60.865	67.608	58.090	65.576
Atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos.....	(60.565)	(27.735)	(60.565)	(27.735)
Financiamento.....	-	-	(6.787)	(6.782)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(60.565)	(27.735)	(67.352)	(34.517)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	110.245	180.831	105.792	180.489
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	397.457	216.626	412.922	232.433
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	507.702	397.457	518.714	412.922
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	110.245	180.831	105.792	180.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas				
Receitas operacionais.....	443.627	439.333	478.031	473.704
Outras receitas.....	(1.876)	(926)	(1.876)	(926)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa - constituição.....	(542)	8.146	(542)	8.146
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	37.415	29.066	41.299	29.989
	<u>478.624</u>	<u>475.619</u>	<u>516.912</u>	<u>510.913</u>
Menos:				
Insumos				
GSF (Garantia física).....	-	-	1.449	1.086
Encargos de uso da rede elétrica.....	41.290	35.804	41.557	36.087
Serviços de terceiros.....	78.338	72.498	83.705	75.679
Materiais.....	27.325	15.314	29.250	15.627
Provisão - Investimentos na Concessão.....	208	141.946	208	141.946
Outros custos operacionais.....	15.483	3.634	15.707	3.862
	<u>162.644</u>	<u>269.196</u>	<u>171.876</u>	<u>274.287</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	315.980	206.423	345.036	236.626
DEPRECIÇÃO.....	(1.836)	(1.674)	(5.999)	(5.761)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....	314.144	204.749	339.037	230.865
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras.....	32.038	40.334	32.542	41.982
Equivalência Patrimonial.....	17.354	18.540	-	-
Variações monetárias líquidas.....	100.852	54.565	100.852	54.565
Realização de perda (baixa de valores a receber).....	-	-	(231)	-
	<u>150.244</u>	<u>113.439</u>	<u>133.163</u>	<u>96.547</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....	464.388	318.188	472.200	327.412
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	90.350	85.532	90.601	85.532
Entidade de previdência à empregados - Contribuição ao plano.....	2.935	6.324	2.935	6.324
F.G.T.S.....	4.525	4.450	4.541	4.450
	<u>97.810</u>	<u>96.306</u>	<u>98.077</u>	<u>96.306</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Encargos setoriais:				
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....	7.136	10.503	7.136	10.503
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	1.340	1.267	1.416	1.344
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	3.755	3.509	3.755	3.509
	<u>12.231</u>	<u>15.279</u>	<u>12.307</u>	<u>15.356</u>
Federais:				
Imposto de renda e contribuição social.....	71.250	29.474	72.561	31.162
COFINS/PIS.....	51.987	50.473	53.366	51.837
INSS.....	16.612	15.371	16.668	15.371
	<u>139.849</u>	<u>95.318</u>	<u>142.595</u>	<u>98.370</u>
Municipais:				
ISS.....	746	1.473	746	1.473
IPTU.....	8.609	12.827	8.609	12.827
	<u>9.355</u>	<u>14.300</u>	<u>9.355</u>	<u>14.300</u>
	<u>161.435</u>	<u>124.897</u>	<u>164.257</u>	<u>128.026</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e encargos de dívidas.....	798	1.545	5.462	7.610
Aluguéis.....	5.860	2.804	5.919	2.834
	<u>6.658</u>	<u>4.349</u>	<u>11.381</u>	<u>10.444</u>
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos / Juros sobre o capital próprio.....	47.140	22.001	47.140	22.001
Lucros retidos.....	151.345	70.635	151.345	70.635
Lucro líquido do exercício.....	198.485	92.636	198.485	92.636
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	464.388	318.188	472.200	327.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3.1. Notas Explicativas

Nesta seção são apresentadas as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAEE” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia. Em relação às ações preferenciais, merece destaque a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A que em 31 de dezembro de 2020 detém 64,82% das ações PN.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, construção, operação e manutenção de sistemas de produção e a comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAEE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Concessão de usinas em regime de cotas

A EMAEE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no rio Pinheiros e associadas à unidade hidroelétrica Henry Borden, no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidrelétricas - PCHs, a de Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a de Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Com a Medida Provisória 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a EMAEE celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013 toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada à Receita Anual de Geração - RAG e submetida aos padrões de qualidade de serviço estabelecidos pela ANEEL.

A Receita Anual de Geração (RAG), calculada pela ANEEL é reajustada anualmente e revisada a cada 5 (cinco) anos. A tarifa resultante tem por objetivo cobrir a

remuneração e os custos de operação, manutenção, administração, tributos e encargos setoriais como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos. Na revisão tarifária de 2018, o valor da RAG passou a considerar também a remuneração e amortização de investimentos necessários à renovação dos ativos da concessão.

Além disso, para as geradoras no regime de cotas, não há encargos em função dos riscos hidrológicos, pois estes são assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência.

Em 30 de julho de 2020, por meio da Resolução Homologatória nº 2.746, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 (Nota 27.3).

Controlada Pirapora Energia S.A. (“Pirapora” ou “Controlada”)

A Pirapora, subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e operar a PCH Pirapora. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24 de junho de 2008, estabeleceu o prazo de vigência da autorização em 30 anos, contados da data de sua publicação. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.242, de 6 de dezembro de 2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora. De acordo com essa autorização, ao final do prazo de vigência da mesma, os bens e instalações vinculados serão revertidos à União mediante o pagamento de indenização, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça por sua conta o livre escoamento das águas.

A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014. A liberação para entrada em operação comercial ocorreu mediante os Despachos nos 4.951, de 30 de dezembro de 2014, e 4.955, de 31 de dezembro de 2014, para as unidades 1 e 2, respectivamente.

A energia gerada pela Pirapora é comercializada através de contratos de venda de energia no ambiente regulado correspondentes a 16 MW médios. Em 01 de janeiro de 2015 tiveram início os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) com 27 distribuidoras. Esses contratos são provenientes do Leilão 03/2010 (A-5) realizado em 30 de julho de 2010. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 desses contratos prevê que caso a permissão termine antes do período de suprimento o sucessor da titularidade da permissão assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato.

Entretanto, o artigo 7º, da Lei nº 12.111/2009, estabelece que o empreendimento de geração de energia elétrica, referido no § 7º- A do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que vier a garantir em leilão o direito de firmar contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR terá prazo de autorização

ou concessão prorrogado, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Dessa forma, é entendimento da Pirapora que essa Lei prorroga a autorização para coincidir com o término do contrato de comercialização firmado no ambiente regulado.

Arrendamento Usina Termelétrica Piratininga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga (“UTE Piratininga”) em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”). Estes ativos são operados em conjunto com a usina Fernando Gasparian, pertencente à Petrobrás, aumentando a eficiência de ambas usinas. O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008 e tem prazo de 17 anos contados a partir da data de sua assinatura. Além do contrato de arrendamento, foi firmado na ocasião um contrato de serviços de operação e manutenção das usinas Piratininga e Fernando Gasparian pela EMAE.

A usina arrendada possui quatro unidades geradoras sendo que apenas as unidades 3 e 4 estão em plena operação, atendendo aos despachos do Operador Nacional do Sistema (ONS) desde 7 de agosto de 2017, já sob o novo contrato de prestação dos serviços de operação e manutenção.

Expansão

A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP”, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE).

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a emissão da licença prévia pela CETESB, expedida pelo órgão no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

A pandemia de coronavírus que acometeu o país em 2020, impactou fortemente a economia e causou drástica queda do PIB, com forte redução no consumo de energia e consequente sobre-oferta por parte das Distribuidoras. Tal fato afastou/suspendeu a realização de leilões de energia, de modo que não há expectativa, no curto prazo, para participação de térmicas em leilões de energia nova.

Estrutura Edgard de Souza

Em 01 de agosto de 2018, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria nº 313, de 30 de julho de 2018, dispensando a reversão dos bens vinculados à concessão do Aproveitamento de Potencial Hidráulico denominado UHE Edgard de Souza, extinta em 31 de outubro de 2012, com a livre disponibilização dos bens para a EMAE.

Considerando essa decisão, a Companhia iniciou as tratativas junto ao Poder Concedente, visando obter a autorização para motorizar a referida estrutura através de pedido de Registro de Interesse nesse aproveitamento hidrológico, o que foi concedido em abril de 2019. Em seguida a EMAE elaborou projeto básico e Sumário Executivo submetendo-os à aprovação da ANEEL para a emissão de Despacho de Registro da Adequação do Sumário Executivo - DRS a fim de obter licenciamento e Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH. Em 2020, foi obtido o DRS e a outorga de recursos hídricos para o empreendimento. Atualmente a Empresa se encontra na etapa de estudos de desenvolvimento de melhor rendimento energético para procedimento de licenciamento e modelagem.

Concessão de Áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

A EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMA E” ou “Companhia” – B3: EMAE3 e EMAE4), em continuidade ao Comunicado ao Mercado divulgado em 06 de julho de 2020, e em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358/02 e no § 4º do Artigo 157 da Lei nº 6.404/76 e demais disposições aplicáveis, comunica a seus acionistas e ao mercado em geral o resultado do procedimento de licitação para a concessão, com prazo até 30/11/2042, de uso oneroso das áreas adjacentes à Usina São Paulo. A proposta declarada vencedora apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, é de R\$ 280.050.000,00 (duzentos e oitenta milhões e cinquenta mil reais), base setembro de 2020, como outorga fixa, valor que será pago à EMAE em parcelas mensais, a partir do 13º (décimo terceiro) mês da assinatura do contrato até novembro de 2042, reajustado anualmente pela variação do IGPM. A esse valor será acrescido o pagamento referente à outorga variável, também em parcelas mensais e sucessivas, a serem pagas a partir do início do funcionamento do empreendimento, calculadas sobre o seu faturamento bruto mensal, conforme tabela abaixo:

Período de vigência do contrato	Outorga variável % do faturamento bruto
1º ao 36º mês	4%
37º ao 72º mês	6%
73º mês até o término	8%

FATO RELEVANTE

29/09/2020

Recomendação do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização

A EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE” ou “Companhia” – B3: EMAE3 e EMAE4), em atendimento ao disposto no artigo 157, § 4º da Lei n.º 6.404/76 e na Instrução CVM n.º 358/02, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que em reunião realizada nesta data, o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – CDPED, instituído pela Lei Estadual n.º 9.361, de 5 de julho de 1996, deliberou por recomendar ao Governador do Estado de São Paulo que autorize a Secretaria da Fazenda e Planejamento contratar estudos e serviços necessários à alienação das ações de titularidade da Administração Pública estadual na EMAE, nos termos do artigo 5º da referida Lei estadual.

A Companhia manterá o mercado informado a respeito dos desdobramentos do assunto objeto deste fato relevante.

Impactos do Covid -19 na Companhia

Em razão do Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ número 02/2020, emitido em 10 de março de 2020, a Companhia considerou os possíveis impactos em seus negócios decorrentes da pandemia causada pelo Covid-19 e não identificou possíveis efeitos econômicos para registro contábil em suas demonstrações financeiras em 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 04 de março de 2021. Em seguida foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e submetidas ao Conselho de Administração. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterá-las.

2.2 Moeda funcional e base de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas cujos valores reconhecidos são significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.13 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Nota 6 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 8 - Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 10 - Apuração do ativo financeiro indenizável;
- Nota 11 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 13 - Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment
- Nota 15 - Mensuração da obrigação de benefício definido com entidade de previdência a empregados;
- Nota 16 - Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 18 - Outras Obrigações - Investimentos na concessão;
- Nota 26 - Instrumentos financeiros.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo líquido de benefício definido do plano de previdência a empregados, é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na Nota 15.

2.5 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pela controlada são aplicadas de forma uniforme com aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.6 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

2.7 Informações por segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Receita operacional

As fontes de receita operacional da Companhia e sua controlada referem-se a:

Regime de cotas

A Receita Anual de Geração (RAG) das usinas objeto do segundo termo aditivo ao contrato de concessão remuneraram os serviços de operação e manutenção, os investimentos realizados, investimentos a realizar e os encargos setoriais. A

RAG relativa aos serviços de operação e manutenção e aos encargos setoriais é reconhecida mensalmente no resultado à razão de 1/12 avos, de forma a permitir sua confrontação com os custos e despesas dos serviços de operação e manutenção e dos encargos realizados no mesmo período. O recebimento dessas cotas ocorre em bases mensais na mesma proporção da receita reconhecida.

Renda da prestação de serviços

A Companhia possui contratos de prestações de serviços de operação e manutenção da UTE Piratininga e de sua controlada, Pirapora Energia S.A.. A Companhia reconhece a receita com as prestações de serviços à medida que os serviços contratados são realizados.

Receitas relativas à construção de ativos da Concessão

A proposta adotada pela ANEEL na revisão periódica de 2018 incluiu na Receita, parcela destinada à implantação de melhorias (GAG melhorias), com o objetivo de aumentar os níveis de qualidade do serviço e, portanto, priorizar a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Essa parcela está associada ao atendimento dos índices de qualidade exigidos no Contrato de Concessão e no seu valor estão compreendidas a troca e modernização de todos os equipamentos hidráulicos e eletromecânicos, bem como os custos de investimentos relativos a dispêndios socioambientais e de demandas da Administração, até o final da concessão.

Os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos estão sendo provisionados na conta “Outras Obrigações – Investimentos na Concessão”, de acordo com o critério previsto no item 21 da ICPC 01 – Contratos de Concessão, com base em estimativa dos investimentos necessários e prudentes elaborada pela Administração e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

3.2 Receitas e despesas Financeiras

As receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado à medida que as receitas são auferidas ou os juros são incorridos. As variações monetárias são apropriadas ao resultado de acordo com a variação dos índices de atualização monetária no período de competência.

3.3 Previdência a Empregados

A) Benefícios de curto prazo a colaboradores

As despesas com benefícios de curto prazo a colaboradores são reconhecidas no resultado, na rubrica de entidade de previdência a empregados, à medida que o serviço correspondente é prestado.

B) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuição ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado, na rubrica Entidade de previdência a empregados.

C) Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia dos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento de cada exercício, o qual é apresentado pelo valor líquido de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado por atuário qualificado.

Mensurações da obrigação líquida de benefício definido que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

3.4 Tributos e encargos setoriais sobre vendas e serviços

Os principais tributos que incidem sobre as receitas de vendas e serviços são os seguintes:

Imposto sobre serviços – de 2% até 5%, incidentes sobre serviços de qualquer natureza;

Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para cotas de energia elétrica, RAG e sobre a prestação de serviços;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60% sobre as cotas de energia elétrica, RAG e sobre a prestação de serviços;

Encargos setoriais – correspondem aos valores gastos a título de compensação financeira de recursos hídricos e a taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica;

P&D – Programa de pesquisa e desenvolvimento - corresponde a 1% da receita operacional líquida de geração, conforme determinação da ANEEL.

Esses tributos e encargos são deduzidos das receitas de vendas e serviços, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas na demonstração do resultado.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são registrados no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos a recolher ou a recuperar, correntes e diferidos, são compensados somente se certos critérios permitidos legalmente forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido pela Companhia, no balanço patrimonial na rubrica “Imposto de renda e contribuição social a recuperar ou a recolher” pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, o qual reflete as incertezas, se houver, na sua apuração. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos apurados de acordo com a legislação societária e os apurados de acordo com a legislação tributária. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e podem ser reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que estavam vigentes até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

3.6 Estoque

Os materiais em estoque nos almoxarifados são classificados no ativo circulante (quando para manutenção) e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras) e estão registrados ao custo médio de aquisição.

3.7 Arrendamentos para terceiros

A Companhia possui um contrato de arrendamento para terceiros, o qual, na data de seu início foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para a arrendatária. Os recebimentos do arrendamento mercantil são tratados como amortização das contas a receber.

O reconhecimento da receita financeira baseia-se na taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia no arrendamento mercantil financeiro.

3.8 Ativo financeiro indenizável

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração de energia elétrica, concluiu-se que estão dentro do escopo da Interpretação Técnica *ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão*. A ICPC 01 (R1) indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, no caso da Companhia, especificamente relacionados com os investimentos na infraestrutura da concessão realizados após a renovação da concessão em 2012, os quais estão classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª e 4ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 - ANEEL.

3.9 Ativo reversível da concessão

De acordo com a Lei 12.783, no momento da renovação da concessão, os ativos da concessão foram revertidos para a União mediante indenização. As

concessões das usinas de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes foram renovadas em 4 de dezembro de 2012.

O valor da indenização está em processo de definição pelo Poder Concedente. Conforme o Decreto 7.850 de 2013, a indenização é determinada através de fiscalização para indicar os ativos indenizáveis e apurar o VNR (Valor Novo de eposição) desses ativos. Em virtude do Poder Concedente ainda não ter concluído esse processo, a Companhia mantém registrado na rubrica ativo reversível da concessão, os ativos mensurados ao seu valor contábil residual na data de 31 de dezembro de 2012, ou seja, pelo valor reclassificado da rubrica ativo imobilizado.

3.10 Imobilizado

A) Reconhecimento e mensuração

A Companhia e sua controlada reconhecem os gastos com investimentos no ativo imobilizado se for provável que o bem tangível tenha vida útil econômica superior a um ano e se espera que venham trazer benefícios econômicos futuros para a Companhia. Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

B) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela Companhia e sua controlada.

C) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos ativos imobilizados estabelecida pela ANEEL, as quais são utilizadas no setor de energia elétrica e aceitas pelo mercado como adequadas. A determinação da depreciação sobre o imobilizado de Pirapora levou em consideração a melhor estimativa de sua Administração quanto ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, não amortizados ao final da autorização. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na Nota 13.

3.11 Intangível

Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os gastos com investimentos no ativo intangível se estes resultem de direitos contratuais ou de outros direitos legais que trarão benefícios econômicos futuros. Os itens do intangível são mensurados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Amortização

A amortização é calculada pelo método linear.

3.12 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus instrumentos financeiros pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros classificados como “custo amortizado” são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação e mensurados posteriormente utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros

Ativos financeiros, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data das Demonstrações Financeiras anuais para determinar se há evidência objetiva de perda no valor recuperável. A provisão constituída para redução ao valor recuperável de ativos financeiros está apresentada na Nota 7.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o ativo é submetido a teste para confirmar a recuperação de seu valor contábil seja por venda ou por uso. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

3.14 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela

Administração e seus consultores legais para que uma estimativa razoável de sua probabilidade de perda seja feita. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais em que é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.15 Normas e interpretações adotadas a partir de 2019

a.1) CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

O CPC 06 (R2) /IFRS 16 introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Essa norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019. Adoção antecipada foi permitida somente se houvesse sido aplicado o CPC 47 antes do CPC 06 (R2).

Durante o exercício de 2020, a Administração da Companhia realizou análise de todos os contratos em andamento que envolve a utilização de máquinas e equipamentos nas prestações de serviços concluindo que:

- Todos os bens (máquinas e equipamentos) de terceiros utilizados para as prestações dos serviços contratados são exclusivamente operados e controlados pelas empresas contratadas.
- São unicamente utilizados no local e finalidade estabelecidas em contrato.
- Cabe apenas à contratada definir sobre possíveis substituições caso seja necessário.

Diante do exposto, a Companhia entende que não possui bens arrendados em contratos com terceiros e portanto, avaliou que não há impactos

significativos da aplicação do CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras.

a.2) Outros pronunciamentos

As seguintes modificações em pronunciamentos e interpretações não devem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada:

Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas e ao CPC 18 Investimentos em Coligada em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua controlada ou empreendimento controlado em conjunto, a data de início da vigência será determinada pelo IASB;

IFRIC 23 Incertezas sobre tratamento na apuração de tributos, em vigor a desde 1 de janeiro de 2019.

IFRS 17 Contratos de Seguro, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
Caixa e bancos conta movimento.....	859	636	1.948	1.629
Aplicações financeiras (a).....	506.843	396.821	516.766	411.293
	<u>507.702</u>	<u>397.457</u>	<u>518.714</u>	<u>412.922</u>

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

(a) A Companhia e sua controlada aplicam suas disponibilidades no Banco do Brasil em fundos de renda fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizaram 2,2405% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e 4,9892% em 31 de dezembro de 2019.

5. REVENDEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	36.526	33.769	40.805	37.979

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o saldo das contas a receber de revendedores é composto somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia entende que não há necessidade do registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

6. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

6.1 Histórico

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram o Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga (“Arrendamento”), pelo período de 17 (dezessete) anos, com remuneração de R\$ 45.000 por ano, pagáveis em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

A BSE requereu a renovação da concessão junto à ANEEL, em 5 de julho de 2012, a qual foi ratificada posteriormente em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783, de 13 de janeiro de 2013. O prazo contratual da concessão encerrou-se em 7 de julho de 2015, mas não houve manifestação formal do Poder Concedente sobre o pedido e, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, continuava em processo de análise.

O arrendamento possui cláusula resolutiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes. No entanto, a BSE assumiu a obrigação de devolver os bens arrendados, no final do prazo de dezessete anos, “no estado de uso e conservação em que os recebeu, consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato”, cabendo a Companhia direito a indenização caso a BSE não o faça.

A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado em caso de não renovação da concessão, pelo Poder Concedente e pela BSE, supera os montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE.

6.2 Contabilização

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga na data de seu início, foi classificada como arrendamento mercantil financeiro pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximava do valor justo da UTE;

- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstração da movimentação do arrendamento UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.20
	Saldo 31.12.19	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	91.558	106.080	15.514	(100.438)	112.714
Não Circulante.....	294.160	(106.080)	95.307	-	283.387
	385.718	-	110.821	(100.438)	396.101

Demonstração de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.20	31.12.19
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	(31.915)	(47.429)
Variação monetária.....	598.889	503.582
Recebimentos.....	(935.873)	(835.435)
	396.101	385.718

- (a) Referem-se aos juros ainda não realizados do contrato de arrendamento, inerentes aos recebimentos das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Não circulante	
2022.....	103.046
2023.....	94.210
2024.....	86.130
	<u>283.386</u>

7. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Circulante				
Serviços em curso (a).....	3.096	5.149	3.096	5.149
Dividendos a receber de controlada (b).....	4.122	4.404	-	-
Valores a receber - Energia Livre (c).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (d).....	6.224	6.224	6.224	6.224
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e).....	(11.347)	(11.635)	(11.347)	(11.635)
GSF Pirapora energia (f).....	-	-	-	569
Adiantamento a empregados.....	8	215	8	215
Pirapora Energia S.A.....	345	249	-	-
Petrobrás - O&M (Nota 22.3).....	440	-	440	-
Aluguéis.....	116	200	116	200
Multas contratuais (g).....	406	1.073	406	1.073
Contrato SEEM (Nota 20.4).....	529	529	529	529
CPFL.....	-	69	-	69
	<u>8.083</u>	<u>10.621</u>	<u>3.616</u>	<u>6.537</u>
Não Circulante				
GSF Pirapora energia (f).....	-	-	-	-
	<u>8.083</u>	<u>10.621</u>	<u>3.616</u>	<u>6.537</u>

- a) Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b) Referem-se aos dividendos obrigatórios a receber de sua controlada;
- c) Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE, em 15 de setembro de 2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE contabilizado e ainda não recebido;
- d) Referem-se a valores à receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os valores vencidos há mais de 360 dias encontram-se provisionados na rubrica "Provisão para crédito de liquidação duvidosa". Em 25 de novembro e 20 de dezembro de 2019 a Companhia recebeu os montantes de R\$ 8.090 e R\$ 76, respectivamente da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA e da Secretaria da Cultura e Economia Criativa, referente ao período de janeiro de 2012 a outubro 2016. Em virtude de tais valores estarem contidos na Provisão para créditos de liquidação duvidosa, contabilizamos a reversão de R\$ 8.166 no exercício de 2019;
- e) O saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 11.635 é composto por: R\$ 6.224, funcionários cedidos; R\$ 4.144, energia livre; R\$ 1.103, multas contratuais e R\$ 164 de outros valores a receber;

- f) *GSF*: Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Pirapora Energia autorizou a Companhia a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015;

Para suprir os contratos regulados, a Companhia adquiriu energia elétrica no mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e com a repactuação esses custos foram convertidos em ativo regulatório e o montante foi atualizado para R\$ 4.703.

O referido crédito foi amortizado até junho de 2020 e partir do mês seguinte a Companhia iniciou o recolhimento mensal baseado no pagamento do prêmio de cobertura do risco hidrológico correspondente ao produto SP100 (cobertura total).

O contrato tem sua vigência até 3 de julho de 2038

- g) Referem-se a valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

8.1 CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	269.735	122.110	271.046	123.798	269.735	122.110	271.046	123.798
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(67.434)	(30.528)	(67.762)	(30.950)	(24.276)	(10.990)	(24.394)	(11.142)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	4.338	4.635	-	-	1.562	1.669	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	9.404	3.531	9.404	3.531	3.385	1.271	3.385	1.271
Incentivos fiscais.....	2.596	1.233	2.596	1.233	-	-	-	-
Outros.....	(600)	(217)	(600)	(217)	(225)	(78)	(225)	(78)
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	3.808	3.921	-	-	1.227	1.269
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(51.696)	(21.346)	(52.554)	(22.482)	(19.554)	(8.128)	(20.007)	(8.680)
Corrente.....	(34.494)	(42.466)	(35.352)	(43.602)	(18.180)	(15.731)	(18.633)	(16.283)
Diferido.....	(17.202)	21.120	(17.202)	21.120	(1.374)	7.603	(1.374)	7.603
Alíquota efetiva.....	19%	17%	19%	18%	7%	7%	7%	7%

8.2 Composição dos impostos diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	71.266	70.368	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	1.393	17.299	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (c).....	-	-	83.644	79.756
Obrigação fiscal diferida Sabesp (d).....	-	-	23.815	25.508
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	70.501	-	-	3.345
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	25.656	25.332	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	-	907	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (c).....	-	-	30.112	28.712
Obrigação fiscal diferida Sabesp (d).....	-	-	8.573	9.183
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	25.380	-	-	1.205
	194.196	113.906	146.144	147.709
Compensação entre Ativos e Passivos (f).....	(146.144)	(113.906)	(146.144)	(113.906)
	48.052	-	-	33.803

- a) Referem-se a créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis onde se destacam a provisão para a realização dos investimentos com os recursos recebidos para investimentos na Concessão, as contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, relativos a exercícios anteriores;
- c) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 6);
- d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro relativo ao acordo com a Sabesp. (Nota 20.1);
- e) Refere-se a passivo fiscal diferido sobre plano de benefício definido (Nota 15), registrado em Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);
- f) Refere-se à compensação entre ativos e passivos diferidos. Salienta-se que até 2017, a Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do passivo fiscal diferido. A partir de 2018, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho da Administração. Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e podem ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Base Negativa e Prejuízos fiscais:

2021.....	1.393
2022.....	-
	<u>1.393</u>

Diferenças temporárias:

2021.....	9.371
2022.....	4.169
2023.....	4.169
2024.....	4.169
2025.....	4.169
2026 até 2042.....	<u>70.875</u>
	<u>96.922</u>

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....	11.749	11.671	11.749	11.671
Cauções e depósitos vinculados (c).....	-	-	2.717	-
	<u>11.749</u>	<u>11.671</u>	<u>14.466</u>	<u>11.671</u>
Não circulante				
Depósitos judiciais (b).....	25.329	14.124	25.329	14.124
Cauções e depósitos vinculados (c).....	-	-	-	2.943
	<u>25.329</u>	<u>14.124</u>	<u>25.329</u>	<u>17.067</u>
	<u>37.078</u>	<u>25.795</u>	<u>39.795</u>	<u>28.738</u>

- a) Do montante de depósitos vinculados, i) R\$ 11.167 (R\$ 11.095 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a depósito originado da venda de óleo combustível no exercício de 2012 e mantido em contas de ativo e passivo pelo mesmo valor; ii) depósito de R\$ 582 (R\$ 576 em 31 de dezembro de 2019) perante a ANEEL, correspondente à caução contratual da Usina Edgard de Souza.
- b) Refere-se a depósitos iniciais ou recursais envolvendo diversos processos cíveis e trabalhistas da Companhia e sua controlada. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas a esses depósitos judiciais.

- c) No saldo consolidado, estão incluídas as garantias do financiamento BNDES no montante de R\$ 2.717 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 2.943 em 31 de dezembro de 2019 da controlada Pirapora (Ativo circulante e não circulante respectivamente).

10. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei nº 12.783, os quais serão recuperados por meio da RAG nos processos de revisão e reajuste tarifário. A Resolução Normativa nº 897 de 17 de novembro de 2020 aprovou o submódulo dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET 12.1, o qual estabelece os procedimentos para a recuperação dos investimentos realizados através da RAG.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. Em virtude da característica desse ativo, em cada processo de reajuste ou revisão tarifária, novas tarifas são homologadas pela ANEEL, ocasionando modificações no fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável. Essas modificações poderão gerar eventuais ganhos ou perdas no valor do custo amortizado do ativo, os quais serão ajustados no resultado.

Movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado					Saldo em 31.12.20
	Saldo em 31.12.19	Adições (a)	Transferência	Recebimentos (b)	Amortização (c)	
Circulante						
Ativo financeiro.....	7.204	-	1.708	-	(4.011)	4.901
Adiantamento a fornecedores.....	7.786	9.528	-	(7.367)	-	9.947
	14.990	9.528	1.708	(7.367)	(4.011)	14.848
Não circulante						
Ativo financeiro.....	77.660	26.967	(1.708)	-	-	102.919
	92.650	36.495	-	(7.367)	(4.011)	117.767

- a) As adições do exercício referem-se a investimentos realizados nas usinas que aumentem a vida útil das unidades e também em melhorias gerando maior eficiência na produção energética.
- b) Referem-se a adições no imobilizado advindos de recursos financeiros já antecipados à fornecedores .
- c) Amortização dos investimentos efetivamente já realizados (Nota 18).

11.ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Refere-se aos ativos reversíveis identificados pela Administração da Companhia. Nos termos do art. 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, após a fiscalização e a definição dos valores com base na metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR pela ANEEL esses ativos reversíveis serão indenizados pelo Poder Concedente.

Os ativos reversíveis registrados nessa conta não incluem os ativos relacionados com os projetos básicos, os quais foram indenizados em dezembro de 2012.

Em atendimento ao requerido no referido Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL, em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012, visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.

Em 20 de fevereiro de 2017 a Companhia contratou consultoria especializada com o objetivo de elaboração de cálculos do Valor Novo de Reposição - VNR dos investimentos realizados até 31 de dezembro de 2012 e saldo de investimentos não amortizados até 31 de dezembro de 2012, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 596/13, para subsídio à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 12.783, de 2013, de 11 de janeiro de 2013.

Os relatórios gerados naquele exercício demonstraram que não há razão para a constituição de estimativa para redução ao valor recuperável dos montantes pleiteados perante o órgão regulador, todavia, a ANEEL poderá apresentar valor de indenização diferente daquele pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e caso aplicável realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

Em 01 de agosto de 2018, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 313, de 30 de julho de 2018, dispensando a reversão dos bens vinculados à concessão do Aproveitamento de Potencial Hidráulico denominado UHE Edgard de Souza, extinta em 31 de outubro de 2012, com a livre disponibilização dos bens para a EMAE.

Considerando essa decisão, a Companhia iniciou tratativas junto ao Poder Concedente, visando obter autorização para motorizar a referida estrutura, com o aproveitamento integral das instalações atualmente existentes.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 195.374.

INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Pirapora Energia S.A.....	95.606	95.583	-	-
Outros.....	1.390	1.390	1.390	1.390
Total.....	96.996	96.973	1.390	1.390

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	31.12.20	31.12.19
Ativo.....	167.164	173.869
Passivo.....	71.558	78.286
Patrimônio Líquido.....	95.606	95.583
	31.12.20	31.12.19
Lucro do exercício.....	17.354	18.540

	Controlada
Saldo em 31.12.2018.....	92.967
Dividendo adicional referente a 2018 pago em 2019.....	(11.520)
Resultado de equivalência patrimonial.....	18.540
Dividendo mínimo obrigatório.....	(4.404)
Saldo em 31.12.2019.....	95.583
Dividendo adicional referente a 2019 pago em 2020.....	(13.209)
Resultado de equivalência patrimonial.....	17.354
Dividendo mínimo obrigatório.....	(4.122)
Saldo em 31.12.2020.....	95.606

12. IMOBILIZADO

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, cujos recursos devem ser aplicados exclusivamente na concessão.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020 está representada por:

Controladora	Taxas anuais	Saldo				Depreciação	Saldo
	média de	em	Adições	Baixas	Transferência	do	em
	Depreciação (%)	31.12.19				exercício	31.12.20
Em serviço							
Terrenos.....		5.068	-	-	-	-	5.068
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2,0%	895	-	-	-	(63)	832
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	2.911	50	-	89	(522)	2.528
Veículos.....	14,3%	834	-	-	-	(154)	680
Móveis e Utensílios.....	6,3%	291	-	-	-	(24)	267
Subtotal.....		9.999	50	-	89	(763)	9.375
Em curso.....		62.148	7.271	-	(111)	-	69.308
Total Controladora.....		72.147	7.321	-	(22) (*)	(763)	78.683

(*) Refere-se a transferência de R\$ 22 para o Ativo Financeiro Indenizável

Consolidado	Taxas anuais	Saldo				Depreciação	Saldo
	média de	em	Adições	Baixas	Transferência	do	em
	Depreciação (%)	31.12.19				exercício	31.12.20
Em serviço							
Terrenos.....		5.068	-	-	-	-	5.068
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	45.891	129	-	-	(1.024)	44.996
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2,0%	45.899	1.985	-	-	(1.071)	46.813
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	60.996	1.819	-	89	(2.574)	60.330
Veículos.....	14,3%	834	-	-	-	(154)	680
Móveis e Utensílios.....	6,3%	293	-	-	-	(25)	268
Subtotal.....		158.981	3.933	-	89	(4.848)	158.155
Em curso.....		62.148	7.271	-	(111)	-	69.308
Adiantamento a fornecedores.....		1.108	(1.108)	-	-	-	-
Total Consolidado.....		222.237	10.096	-	(22) (*)	(4.848)	227.463

(*) Refere-se a transferência de R\$ 22 para o Ativo Financeiro Indenizável

i) Análise de redução ao valor recuperável dos ativos:

Conforme divulgado na Nota 10, Ativo Reversível da Concessão, em 01 de agosto de 2018, o Ministério de Minas e Energia - MME disponibilizou os bens da UHE Edgard de Souza para a EMAE (no montante de R\$ 59.667, passando a ser registrado no imobilizado em curso), dispensando portanto a reversão dos bens.

Sendo assim, a administração realizou teste de recuperabilidade desses ativos utilizando fluxos de caixas descontados com base nas seguintes premissas: (i) obtenção da autorização para remotorização da usina; (ii) período de autorização de 30 anos; (iii) quantidade e preço de venda de parte da energia gerada contratada no ambiente regulado; e (iv) o excedente de energia comercializado no mercado de curto prazo. Os fluxos de caixas foram estimados para um período da concessão e descontados pela taxa de desconto antes dos tributos variando entre 7,2% a.a a 8,5% a.a no período de projeção. A Administração, com base no teste efetuado, concluiu que não há necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

13. FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

13.1. CONTRATO BNDES E SALDO

Em 8 de março de 2012, a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representava 60% do valor do investimento previsto para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 31 de dezembro de 2020, o valor total atualizado do financiamento é de R\$ 66.361 (R\$ 73.184 em 2019), sendo classificado integralmente no passivo circulante (vide Nota 30) e R\$ 5.208 e R\$ 67.976 classificados como passivo circulante e passivo não circulante, respectivamente em 31 de dezembro de 2019.

O vencimento contratual será em 15 de setembro de 2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

	Consolidado				
	31.12.19		31.12.20		31.12.20
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros	Saldo
Circulante e Não Circulante					
Financiamento BNDES.....	73.184	4.652	(6.787)	(4.688)	66.361

	Consolidado				
	31.12.18		31.12.19		31.12.19
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros	Saldo
Circulante e Não Circulante					
Financiamento BNDES.....	79.743	6.059	(6.784)	(5.834)	73.184

13.2.GARANTIAS E COVENANTS

Para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado com o BNDES, como o principal e juros da dívida, comissões, multas e outras despesas, a Companhia cedeu as seguintes garantias:

- Direitos creditórios provenientes dos Contratos de Compra de Energia Elétrica Incentivada - CCEI.

A cessão fiduciária mencionada abrangerá os créditos que venham a ser depositados na "Conta Centralizadora", na "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e na "Conta Para Sobre custos", até o pagamento integral de todas as obrigações contratuais. Estes valores encontram-se registrados como Cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante (Nota 9).

- Direitos creditórios sobre os Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEARs) celebrados na forma do Leilão de Energia Nova nº 10/2010.
- Penhora da totalidade das ações de sua controlada, em favor do BNDES, e quaisquer outras ações representativas do capital social, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas, pela mesma até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no presente Contrato de Financiamento.

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos.

1) ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICSD de, no mínimo 1,20 a ser calculado conforme previsão contratual.

a) Geração de caixa - EBITDA no ano de referência 2020

	R\$ mil
(+) Lucro bruto	22.825
(+) Depreciação e amortização	4.163
(=) EBITDA	26.988

b) Serviço da dívida

	R\$ mil
(+) Principal	6.787
(+) Juros	4.688
(=) Total pago	11.475

c) Cálculo do ICSD (a/b)

Mínimo exigido : 1,20

$$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Serviço da dívida}} = \frac{\text{R\$ } 26.988}{\text{R\$ } 11.475} = \text{R\$ } 2,35$$

2) ICP - Índice de Capitalização Próprio

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICP de igual ou superior a 30%, definido como a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total.

Mínimo exigido : Igual ou superior a 30%

$$\frac{\text{Patrimônio líquido}}{\text{Ativo total}} = \frac{\text{R\$ } 95.606}{\text{R\$ } 167.164} = \text{57,2\%}$$

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia atendeu plenamente os *covenants* qualitativos e quantitativos.

14. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

A EMAE é patrocinadora de planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A VIVEST (atual denominação da Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

		Controladora e Consolidado			
		31.12.20		31.12.19	
Credor	Objeto	Circulante	Não Circulante	Total	Total
		VIVEST	- Fundos de Pensão	31.744	209.333
	- Ajuste CPC 33 (R1) (IAS 19).....	-	98.672	98.672	(4.071)
		31.744	308.005	339.749	48.986

A evolução do déficit atuarial dos planos de aposentadoria da EMAE, de 2019 para 2020, se deve principalmente (i) à queda da taxa de desconto dos benefícios futuros a serem desembolsados pelos planos e (ii) ao crescimento do valor desses mesmos benefícios, vinculados ao IGP-DI, que teve forte descasamento em relação a outros indicadores de inflação e em relação aos rendimentos auferidos pelos investimentos do plano.

14.1. PLANOS DE BENEFÍCIOS

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, foi aprovado o saldamento do plano então vigente que passou a ser denominado Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS e criado um novo plano de modelo misto, composto de benefício definido (BD) de 70% do salário de contribuição, e de contribuição definida (CD) de 30%. Em 2018, esses planos também foram encerrados para novos entrantes.

O equacionamento do plano BSPS é garantido pelo patrocinador enquanto, para os planos BD e CD, eventuais déficits são compartilhados entre a patrocinadora e os participantes.

O custeio do plano para o benefício definido e para a contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados. Na parcela de contribuição definida, a paridade é baseada em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas periodicamente por atuário independente.

A política de investimentos do plano, definida por meio de estudo de gerenciamento conjunto de ativos e passivos ("Asset Liability Management"), resultou na alocação média de 76% em renda fixa, 14% em renda variável e 10% em outros segmentos, obtendo rentabilidade consolidada de 11,25% em 2020, ante a meta atuarial de 30,89% no mesmo período, impulsionada pela variação do IGP-DI, que é o indexador de reajuste de benefícios.

Em 2020, em função da dificuldade de obter novos investimentos atrelados ao IGP e visando evitar eventuais descasamentos entre ativos e passivos do plano de previdência, a EMAE, através da VIVEST, em março de 2020 ingressou na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC com o pedido de alteração do indexador de reajuste dos benefícios do plano passando

do IGP-DI para IPCA. Até o momento, a PREVIC não apresentou manifestação conclusiva em relação ao pleito.

14.2. RESUMO DO ESTUDO ATUARIAL DE ACORDO COM O CPC 33 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2020, seguindo os critérios determinados pelo “CPC 33 Benefícios a Empregados”, o passivo atuarial da EMAE foi apurado conforme segue:

A) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	31.12.20	31.12.19
Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	7,38%	9,54%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	7,38%	9,54%
Taxa de crescimento salarial futuro.....	0,00%	5,86%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada.....	3,75%	4,00%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo.....	3,75%	4,00%
Taxa de rotatividade.....	não adotada	não adotada
Tábua de mortalidade geral.....	AT - 2000 M/F	AT - 2000 M
Tábua de mortalidade de inválidos.....	AT-49 Masc	AT-49 Masc
Tábua de entrada em invalidez.....	LIGHT-FRACA	LIGHT-FRACA
BSPS	31.12.20	31.12.19
Nº de participantes ativos	345	352
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	706	709
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	31	30
Nº de participantes inativos - pensionistas	80	75
BD	31.12.20	31.12.19
Nº de participantes ativos	373	401
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	686	690
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	30	30
Nº de participantes inativos - pensionistas	74	69
CV	31.12.20	31.12.19
Nº de participantes ativos	369	373
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	440	439
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	15	14
Nº de participantes inativos - pensionistas	37	36

B) Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi utilizado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

B1) Conciliação dos ativos e passivos

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	TOTAL
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Total do passivo atuarial.....	1.039.489	785.148	483.628	315.107	94.842	48.059	1.617.959	1.148.314
Valor justo dos ativos (marcados a mercado).....	(777.120)	(737.760)	(453.238)	(423.244)	(47.852)	(46.461)	(1.278.210)	(1.207.465)
Efeito de limitação de ativo.....	-	-	-	108.137	-	-	-	108.137
Passivo líquido (ativo).....	262.369	47.388	30.390	-	46.990	1.598	339.749	48.986

B2) Movimentação das obrigações dos planos

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	TOTAL
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	785.148	797.527	315.107	297.310	48.059	51.680	1.148.314	1.146.517
Custo do serviço corrente.....	-	-	241	185	-	-	241	185
Juros sobre obrigação atuarial.....	74.904	76.726	30.061	28.602	4.585	4.972	109.550	110.300
(Ganho)/Perda atuarial.....	241.357	(31.977)	150.697	649	48.053	(3.436)	440.107	(34.764)
Benefícios pagos.....	(61.920)	(57.128)	(12.478)	(11.639)	(5.854)	(5.157)	(80.252)	(73.924)
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	1.039.489	785.148	483.628	315.107	94.843	48.059	1.617.960	1.148.314

B3) Movimentação dos ativos do plano

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	TOTAL
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Valor justo do ativo do plano.....	(737.760)	(676.004)	(423.244)	(367.256)	(46.461)	(41.548)	(1.207.465)	(1.084.808)
Contribuições da empresa para o plano.....	(5.266)	(5.854)	(377)	(525)	(942)	(174)	(6.585)	(6.553)
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(70.382)	(65.035)	(40.377)	(35.332)	(4.432)	(3.997)	(115.191)	(104.364)
Rendimento dos ativos do plano (superior)/ inferior à taxa de desconto.....	(23.246)	(45.816)	(1.531)	(31.132)	(1.490)	(5.642)	(26.267)	(82.590)
Contribuições de participantes para o plano.....	(2.386)	(2.179)	(187)	(638)	(381)	(257)	(2.954)	(3.074)
Benefícios pagos pelo plano.....	61.920	57.128	12.478	11.639	5.854	5.157	80.252	73.924
Valor justo do ativo do plano.....	(777.120)	(737.760)	(453.238)	(423.244)	(47.852)	(46.461)	(1.278.210)	(1.207.465)

B4) Conciliação do valor líquido do passivo atuarial

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	TOTAL
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Valor líquido do passivo (ativo) atuarial total do início do ano.....	47.388	121.523	-	-	1.598	10.132	48.986	131.655
Despesa / (receita) reconhecida na Demonstração de Resultados.....	4.521	11.691	241	184	152	975	4.914	12.850
Contribuição da empresa para o plano.....	(5.266)	(5.854)	(377)	(525)	(942)	(174)	(6.585)	(6.553)
Contribuições de participantes para o plano.....	(2.386)	(2.179)	(187)	(638)	(381)	(257)	(2.954)	(3.074)
(Ganho) Perda atuarial em ORA.....	218.112	(77.793)	30.713	979	46.563	(9.078)	295.388	(85.892)
Saldo final.....	262.369	47.388	30.390	-	46.990	1.598	339.749	48.986

B5) Análise de sensibilidade

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	TOTAL
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Taxa de desconto ser reduzida em 0,50%.....	1.093.906	824.170	508.946	335.841	99.807	50.606	1.702.659	1.210.617
Taxa de desconto ser aumentada em 0,50%.....	991.465	746.989	454.318	299.793	90.017	45.642	1.535.800	1.092.424
Inflação ser reduzida em 0,50%.....	1.036.834	787.153	482.392	314.302	94.402	47.836	1.613.628	1.149.291
Inflação ser aumentada em 0,50%.....	1.041.796	783.143	493.089	321.271	95.085	48.182	1.629.970	1.152.596
Crescimento salarial ser reduzido em 0,50%.....	1.039.488	785.148	481.514	314.827	94.842	48.059	1.615.844	1.148.034
Crescimento salarial ser aumentado em 0,50%.....	1.039.488	785.148	485.744	318.005	94.842	48.059	1.620.074	1.151.212
Reajustes dos benefícios ser reduzido em 0,50%.....	1.036.834	787.153	482.392	314.302	94.402	47.836	1.613.628	1.149.291
Reajustes dos benefícios ser aumentado em 0,50%.....	1.041.796	783.143	493.089	321.271	95.085	48.182	1.629.970	1.152.596

C) As movimentações das mensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes são como segue:

	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
(a) Saldo no início do exercício.....	8.832	(47.857)
(b) (Perda) atuarial gerado pela taxa de desconto.....	(260.007)	53.239
(c) (Perda) Ganho atuarial gerado pela experiência demográfica.....	(132.986)	(18.475)
(d) (Perda) atuarial gerada pela premissa demográfica.....	(47.114)	-
(e) Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano.....	26.267	82.590
(f) Alteração no "teto do ativo" diferente dos juros.....	118.453	(31.462)
(g) Efeito nas Demonstrações de Resultados Abrangentes (b+c+d+e+f).....	(295.387)	85.892
(h) Efeito de imposto de renda e contribuição social.....	100.432	(29.203)
Saldo no final do exercício (a+g+h).....	(186.123)	8.832

D) A estimativa da despesa para o exercício de 2021 está demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>
Custos dos serviços correntes.....	6.670
Juros sobre obrigação atuarial.....	119.405
Rendimento esperado dos ativos dos plano.....	(94.331)
Receita (Despesa) com juros sobre o ajuste do "teto do ativo".....	-
Total da despesa projetada para o exercício.....	31.744

14.3. EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A VIVEST

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a VIVEST foi formalizado em 1997, com interveniência da então Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC), um contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas) que possui cláusula variável, para a cobertura de déficit técnico atuarial relativo ao “Benefício Suplementar Proporcional Saldado” - BSPS. Esse contrato previa a amortização do déficit existente em 1997 em 240 parcelas mensais, com atualização pela variação do IGP-DI e acrescido de juros de 6% a.a. Em 22 de junho de 2017 foi assinado aditivo contratual prorrogando o vencimento do contrato para março de 2032.

Anualmente, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base nesse novo saldo.

Esse contrato representa, na essência, garantia para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

A diferença entre os saldos apresentados nesse contrato de ajuste de reservas matemáticas e o do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19 é decorrente da diferença entre a metodologia contábil utilizada no balanço da

EMAE e a metodologia aprovada pela PREVIC e utilizada pela VIVEST para avaliar a situação atuarial dos planos de benefícios. A diferença entre essas duas metodologias, em 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

Saldo da dívida.....	241.077
Ajuste atuarial.....	98.672
Saldo CPC 33 (R1)/IAS 19.....	<u>339.749</u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

15.1. CONTINGÊNCIAS – POSSIBILIDADE DE PERDA PROVÁVEL

	Controladora e Consolidado				
	31.12.19	31.12.20			
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade.....	12.195	932	-	-	13.127
Diversas.....	16.762	20.208	(7.956)	(9.510)	19.504
	<u>28.957</u>	<u>21.140</u>	<u>(7.956)</u>	<u>(9.510)</u>	<u>32.631</u>
Cíveis.....	<u>28.680</u>	<u>4.767</u>	<u>(1.467)</u>	-	<u>31.980</u>
Tributárias.....	<u>527</u>	<u>84</u>	-	-	<u>611</u>
Ambiental.....	<u>1</u>	<u>59</u>	-	-	<u>60</u>
Administrativo.....	-	9	-	-	9
	<u>58.165</u>	<u>26.059</u>	<u>(9.423)</u>	<u>(9.510)</u>	<u>65.291</u>

A) Periculosidade

Trata-se de ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos seus quadros. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados e o processo se encontra pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento pelo Tribunal Superior do Trabalho. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia.

B) Diversas

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados às quais requerem em geral o pagamento de equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, com alteração da probabilidade de êxito, o que resultou na majoração do saldo de provisionamento.

C) Cíveis

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo o mais relevante descrito a seguir:

Trata-se de processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., a qual pleiteia o direito de não optar pelo chamado “alívio de exposição” relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor. Em 9 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, o qual foi oposto pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 31 de dezembro de 2020 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 31.064 (R\$ 27.918 em 31 de dezembro de 2019).

D) Tributárias

A principal adição do período refere-se a um processo de IPTU movido pelo Município de Cubatão anteriormente classificado com a probabilidade de perda remota, que em razão de um indeferimento de pleito solicitado pela Companhia, se fez necessário a reclassificação para a probabilidade de perda provável.

15.2. CONTINGÊNCIAS – PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

As contingências em 31 de dezembro de 2020, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	31.12.20	31.12.19
Administrativo.....	374	13.201
Ambiental	111.055	99.253
Cível.....	19.834	20.636
Trabalhista.....	14.501	13.061
Tributário.....	41.415	26.587
	<u>187.179</u>	<u>172.738</u>

a) Administrativo

O processo mais relevante refere-se à cobrança movida pela Prefeitura de São Paulo pela ausência de limpeza de imóvel, o qual encontra-se em ocupação irregular. Em 2010 a Companhia propôs Ação Judicial de Reintegração de Posse do imóvel, porém o pedido foi indeferido e mantida a aplicação da multa. Em 31 de dezembro de 2020 o valor da causa é de R\$ 306.

b) Ambiental

O principal processo refere-se à obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função da composição amigável entre a EMAE e o Ministério Público, até então litigantes, em 27 de junho de 2007, objetivando viabilizar a elaboração de EIA/RIMA para que, uma vez aprovado tornasse possível a implantação do sistema de tratamento por flotação de águas do Canal Pinheiros para despoluição de $50\text{m}^3/\text{s}$ e posterior bombeamento para o reservatório Billings. Contudo, em 12 de abril de 2012, o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença em face da Companhia, consubstanciado em (i) pagamento de multa diária totalizada no montante de R\$ 32.833 e (ii) desmobilização das instalações implantadas e restituição das áreas ao estado anterior. Intimada, após prazo estabelecido pelo juiz, a Companhia comprovou a desmobilização das instalações, bem como requereu, em 10 de dezembro de 2012, a dilação de prazo de 24 meses para remoção do lodo advindo da flotação, prazo esse deferido.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2020, sendo o total da causa de R\$ 105.481 (R\$ 94.341 em 31 de dezembro de 2019).

c) Cível

O processo mais relevante refere-se à ação originada pela VIVEST - a qual visa à condenação da Companhia ao pagamento do déficit técnico do quadro de empregados. A autora encontra-se em vantagem, uma vez que o tribunal julgou procedente o pleito original, porém o processo encontra-se em fase de recursos.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2020 sendo o total da causa de R\$ 18.890 (R\$ 17.322 em dezembro de 2019).

d) Trabalhista

Entre os processos avaliados como de risco possível, o montante mais relevante refere-se a disputas movidas pelos sindicatos que representam os empregados ou por disputas individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustessalariais.

e) Tributário

Entre os processos como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à cobrança movida pela Prefeitura de São Paulo em razão da majoração do IPTU em função da alteração das premissas e metodologias utilizadas como base de cálculo do tributo envolvido. Em 31 de dezembro de 2020 o valor da causa é de R\$ 9.362.

16. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais – RGR, de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (9 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

	Controladora e Consolidado					31.12.20
	31.12.19	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	
Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	1.801	576	(576)	(1.801)	1.801
Não Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	10.801	(1.801)	-	-	-	9.000

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES – INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO

Corresponde à provisão para realização de investimentos nas usinas cotistas em razão das obrigações estabelecidas no 2º termo Aditivo do Contrato de Concessão e no Submódulo Proret 12.1 – Procedimentos de Regulação Tarifária emitido pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, estando ainda em conformidade com os critérios e definições estabelecidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Durante o exercício de 2020 o Plano de Investimentos inicialmente criado em 2018 foi revisto gerando uma reversão da ordem de R\$ 142.106.

Controladora e Consolidado				
Ativo financeiro Indenizável	Outras obrigações			Resultado do exercício
	Investimentos na Concessão		Resultado do exercício	
	Circulante	Não circulante		
Saldo em 31.12.2019.....	92.650	(38.410)	(169.868)	-
Investimentos realizados.....	26.967	-	-	-
Adiantamento a fornecedores (a).....	2.161	-	-	-
Provisão - Investimentos na Concessão.....	-	-	(142.314)	(142.314)
Reversão da Provisão.....	-	-	142.106	142.106
Transferência de LP para CP.....	-	(3.801)	3.801	-
Amortização.....	(4.011)	4.011	-	-
Saldo final em 31.12.2020.....	<u>117.767</u>	<u>(38.200)</u>	<u>(166.275)</u>	<u>(208)</u>

(a) Corresponde ao valor adiantado à fornecedores de R\$ 9.528 deduzido de R\$ 7.367 em razão dos bens recebidos no exercício

Entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia investiu na concessão o montante de R\$ 116.425, buscando a modernização, eficiência e a redução dos riscos relacionados à produção energética. Conforme estabelecido em lei, o valor já investido deve ser amortizado de forma linear até o final da concessão, pois os benefícios econômicos inerentes pela correta aplicação dos recursos, produzirão retorno (fluxos de caixa) até 30 de novembro de 2042.

18. OUTRA OBRIGAÇÃO – COMGÁS

Trata-se de Contrato firmado junto à Comgás de permissão de uso de áreas da Companhia a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas e estação de medição e recebimento de gás (city gate) com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R\$ 10.544 cuja apropriação em seu resultado ocorrerá de forma linear ao longo do contrato.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

19.1. ATIVO FINANCEIRO – ACORDO SABESP

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças (“Instrumento”) para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Esse Instrumento e seu aditivo determinaram o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130, a partir de 2017, distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais e sucessivas de R\$ 6.610, corrigidos monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 95.261, dos quais R\$ 77.677 estão classificados no ativo não circulante.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.20
	Saldo 31.12.19	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante					
Sabesp.....	22.810	17.883	-	(17.813)	22.880
Ajuste a valor presente.....	(5.986)	(5.296)	5.986	-	(5.296)
	<u>16.824</u>	<u>12.587</u>	<u>5.986</u>	<u>(17.813)</u>	<u>17.584</u>
Não Circulante					
Sabesp.....	156.682	(17.883)	5.056	-	143.855
Ajuste a valor presente.....	(71.474)	5.296	-	-	(66.178)
	<u>85.208</u>	<u>(12.587)</u>	<u>5.056</u>	<u>-</u>	<u>77.677</u>
	<u>102.032</u>	<u>-</u>	<u>11.042</u>	<u>(17.813)</u>	<u>95.261</u>

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29%, ambas ao ano, aplicado pelo prazo do contrato.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Não circulante	
2022.....	6.683
2023.....	6.248
2024.....	5.841
2025.....	5.461
2026 até 2042.....	<u>53.444</u>
	<u>77.677</u>

19.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EMAE PARA PIRAPORA

A Companhia no ano de 2016 iniciou a prestação de serviço de operação e manutenção para a sua controlada Pirapora Energia S.A.. O prazo contratual inicial foi de 4 anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Pirapora Energia S.A., sendo este aditado até novembro de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu em seu resultado uma receita de prestação de serviço no valor de R\$ 3.369 (R\$ 3.007 no período findo em 31 de dezembro de 2019). Em dezembro de 2020 a Companhia firmou com sua controlada, e com prévia anuência da ANEEL, convênio para compartilhamento dos custos de pessoal, sendo que durante o exercício foi transferido o montante de R\$ 323.

19.3. SERVIÇOS CANAL PINHEIROS

Refere-se a gastos com serviços de adequação da calha do canal do rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional.

Os gastos nas atividades previstas são registrados em conta específica do ativo no balanço patrimonial e anualmente a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores de reembolso como Depósitos Vinculados em seu passivo patrimonial. Quando ocorre a aprovação dos gastos na prestação de contas, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o convênio foi encerrado.

19.4. CONVÊNIO SEEM – ATUAL SIMA

Em 16 de julho de 2018 a Companhia firmou convênio com Secretaria de Estado de Energia e Mineração SEEM, que conforme Decreto 64.132 de 11 de março de 2019 transferiu suas atribuições para a atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, celebrado como convênio de cooperação técnico-operacional, tendo por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia, com vistas à otimização, racionalização, controle de qualidade e dos padrões de prestação do suprimento de energia no Estado de São Paulo, por meio de parceria na utilização de conhecimentos técnicos e tecnologias. O valor estimado do contrato foi de R\$ 3.324 com vigência de 18 (dezoito) meses. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 529, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018.

19.5. CESSÃO DE EMPREGADOS

Refere-se à cessão de empregados, mediante ressarcimento junto às Secretarias de Estado de Energia e Mineração, Gestão Pública, Saneamento, Justiça, Casa Civil e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 25 de novembro e 20 de dezembro de 2019 a Companhia recebeu os montantes de R\$ 8.090 e R\$ 76, respectivamente da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA e da Secretaria da Cultura e Economia Criativa, referente ao período de janeiro de 2012 a outubro 2016. Em virtude de tais valores já estarem contidos na Provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi contabilizada a reversão de R\$ 8.166 no exercício de 2019. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber é de R\$ 6.224, vide Nota 7 letra (d).

19.6. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao CPC 05(R1) – Divulgação sobre partes relacionadas, a Companhia informa que durante os exercícios de 2020 e 2019 os dispêndios relacionados com a remuneração do pessoal chave da administração foram:

Partes Relacionadas	(a)	2020		2019	
		nº de membros	Remuneração	nº de membros	Remuneração
Diretoria Estatutária (*).....		4,00	2.282	3,92	2.086
Conselho Fiscal.....		4,17	285	4,33	288
Conselho de Administração.....		10,83	1.113	10,67	1.208
Comitê de Auditoria.....		2,17	335	1,75	272
		<u>21,17</u>	<u>4.015</u>	<u>20,67</u>	<u>3.854</u>

(a) Média anual.

(*) Remuneração fixa e variável

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

NOME	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
Centrais Elétricas Bras S.A. Eletrobrás.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo..	14.353.441	97,61	52.068	0,23	14.405.509	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo.....	350.832	2,38	-	-	350.832	0,95
Álvaro Luiz Alves de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.201.033	9,90	2.201.033	5,96
Outros.....	1.097	0,01	5.572.280	25,05	5.573.377	15,08
TOTAL.....	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não houve emissão de novas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus à: a) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; b) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; c) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e d) direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

20.2. LUCRO POR AÇÃO – BÁSICO E DILUÍDO

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	R\$ 198.485	R\$ 92.636
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714
Total.....	36.947.084	36.947.084
Lucro por ação básico e diluído		
Ação Preferencial.....	R\$ 5,57381	R\$ 2,60139
Ação Ordinária.....	R\$ 5,06710	R\$ 2,36490

A quantidade média ponderada de ações adotada no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações adotada na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

20.3. DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

	2020	2019
Lucro líquido do exercício.....	198.485	92.636
(-) Constituição de reserva legal (5%).....	9.924	4.632
(=) Lucro remanescente após a reserva.....	188.561	88.004
Dividendo obrigatório (25%).....	47.140	22.001
Realização de reserva de lucros a realizar.....	6.509	5.954
Dividendo adicional proposto.....	14.000	-
Dividendos apurados no exercício.....	67.649	27.955
(-) Juros sobre o Capital Próprio reconhecido no exercício de (a).....	(37.614)	(14.124)
Saldo remanescente de dividendos à serem pagos	30.035	13.831
(-) Constituição de reserva estatutária para recomposição de ativos..	-	66.003
(-) Constituição de reserva para recompra de outorga.....	127.421	-
(=) Lucro remanescente.....	-	-

- (a) Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) - Durante o exercício de 2020 a Companhia, com base na projeção do lucro do exercício, deliberou em Reunião de Diretoria realizada em 23 de novembro de 2020 e aprovou em Reunião do Conselho de Administração em 09 de dezembro de 2020, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 37.614 dos quais foram retidos a título de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) o montante de 3.567. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados ao

dividendo mínimo obrigatório do exercício. Em 30 de dezembro de 2020 os juros foram pagos aos acionistas (Nota 21.6).

A Administração da Companhia propõe ainda as seguintes destinações:

Constituição de Reserva Legal de R\$ 9.924; dividendo mínimo obrigatório de R\$ 47.140, realização da Reserva de Lucros a Realizar no montante de R\$ 6.509, que serão distribuídos a título de dividendos, adicionados ao dividendo obrigatório; constituição da reserva para recomposição de ativos no valor de R\$ 127.421, destinada a investimentos na expansão da geração de energia hidráulica e térmica; e dividendo adicional proposto de R\$ 14.000 que ficaram registrados em conta específica do Patrimônio Líquido até deliberação em definitivo conforme estabelecido na Interpretação Técnica - ICPC 08 (R1).

20.4. DIVIDENDOS POR AÇÃO

O dividendo por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (em milhares, exceto valor por ação) foi calculado como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Dividendo líquido do exercício.....	67.649	27.955
	Quantidade	Quantidade
	de Ações	de Ações
ON.....	14.705.370	14.705.370
PN.....	22.241.714	22.241.714
Total de ações (ON e PN)	36.947.084	36.947.084
Dividendo por ação	R\$	R\$
Ação ordinária.....	1,72700	0,71366
Ação preferencial.....	1,89970	0,78503
Total de dividendos por tipo de ação	R\$	R\$
ON.....	25.396	10.495
PN.....	42.252	17.460
	67.649	27.955

20.5. MUTAÇÕES DAS RESERVAS DE LUCROS

O quadro abaixo demonstra as mutações das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.20	31.12.19
Saldo inicial das reservas de lucros no início do exercício.....	308.852	244.171
Constituição de reserva legal.....	9.924	4.632
Realização da reserva de lucros a realizar.....	(6.509)	(5.954)
Realização da reserva de lucros de retenção de lucros.....	(15.022)	-
Realização da reserva para recompra de Outorga.....	(72.331)	-
Realização da reserva para recomposição de Ativos.....	(134.240)	-
Constituição da reserva para recomposição de Ativos.....	-	66.003
Constituição da reserva para recompra de Outorga.....	127.421	-
Saldo final das reservas de lucros no final do exercício.....	<u>218.095</u>	<u>308.852</u>

20.6. CONCILIAÇÕES DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A seguir está demonstrada a mutação dos dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício de 2020:

	Controladora e Consolidado
	31.12.20
Saldo de JSCP e Dividendos em 31/12/2019.....	26.880
Pagamento dos dividendos e JCP referente ao exercício de 2019.....	(26.530)
Juros sobre o Capital Próprio declarados no exercício.....	37.614
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JCP.....	(3.567)
Pgto de Juros sobre o Capital Próprio	(34.035)
Realização de reserva de lucros a realizar.....	6.509
Dividendos adicionais declarados.....	221.593
Dividendo obrigatório líquido de JCP do exercício.....	9.526
Saldo de JSCP e Dividendos em 31/12/2020.....	<u>237.990</u>

21. RECEITA LÍQUIDA

21.1. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 22.2).....	427.171	408.553	427.171	408.553
Suprimento de energia - leilão (Nota 22.2).....	-	-	36.845	35.580
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 22.2).....	69	209	997	2.007
Renda da prestação de serviços (Nota 22.3).....	15.001	29.386	11.632	26.379
Outras receitas.....	1.386	1.185	1.386	1.185
Receitas relativas à construção de ativos próprios (Nota 10).....	26.967	22.118	26.967	22.118
	<u>470.594</u>	<u>461.451</u>	<u>504.998</u>	<u>495.822</u>
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(42.714)	(41.470)	(43.847)	(42.591)
PIS sobre receitas operacionais.....	(9.273)	(9.003)	(9.519)	(9.246)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(746)	(1.473)	(746)	(1.473)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(3.755)	(3.509)	(3.755)	(3.509)
	<u>(56.488)</u>	<u>(55.455)</u>	<u>(57.867)</u>	<u>(56.819)</u>
RECEITA LÍQUIDA.....	<u>414.106</u>	<u>405.996</u>	<u>447.131</u>	<u>439.003</u>

21.2.ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	1.280.308	1.142.286	427.171	408.553	1.280.308	1.142.286	427.171	408.553
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	133.808	140.176	36.845	35.580
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	69	209	-	-	997	2.007
Total.....	1.280.308	1.142.286	427.240	408.762	1.414.116	1.282.462	465.013	446.140

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

- Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG, vide outras informações na Nota 1;
- Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;
- Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

21.3. RENDAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Petrobras (UTE's) (a).....	8.929	23.798	8.929	23.798
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	2.594	2.224	2.594	2.224
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (Nota 20.2).....	3.369	3.007	-	-
Outros serviços.....	109	357	109	357
	<u>15.001</u>	<u>29.386</u>	<u>11.632</u>	<u>26.379</u>

- (a) Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás para a prestação dos serviços de operação e manutenção das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga. O contrato prevê uma remuneração baseada em um valor fixo e uma parcela variável.

22. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

22.1.CONTROLADORA

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Encargos de uso da rede elétrica.....	(41.290)	(35.804)	-	-	-	-	(41.290)	(35.804)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(7.136)	(10.503)	-	-	-	-	(7.136)	(10.503)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(1.340)	(1.267)	-	-	(1.340)	(1.267)
Pessoal.....	(85.250)	(77.404)	(21.313)	(19.351)	-	-	(106.563)	(96.755)
Administradores.....	(3.997)	(3.642)	-	-	-	-	(3.997)	(3.642)
Entidade de previdência a empregados (Nota 15).....	(2.935)	(6.324)	-	-	-	-	(2.935)	(6.324)
Material.....	(2.902)	(2.913)	(2.244)	(2.257)	-	-	(5.146)	(5.170)
Serviço de terceiros.....	(40.395)	(38.677)	(23.634)	(19.855)	-	-	(64.029)	(58.532)
Depreciação.....	-	-	(1.836)	(1.674)	-	-	(1.836)	(1.674)
Aluguéis.....	-	-	(5.860)	(2.804)	-	-	(5.860)	(2.804)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16).....	(16.636)	(4.223)	-	-	-	-	(16.636)	(4.223)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 18).....	(208)	(141.946)	-	-	-	-	(208)	(141.946)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(542)	(21)	-	-	-	-	(542)	(21)
(-) Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	8.166	-	-	-	-	-	8.166
Custos relativos a construção de ativos próprios (Nota 10).....	(26.967)	(22.118)	-	-	-	-	(26.967)	(22.118)
Condomínio.....	-	-	(845)	(378)	-	-	(845)	(378)
Doações.....	-	-	-	-	(1.916)	(550)	(1.916)	(550)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	501	-	501
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	192	169	192	169
Outras.....	(6.610)	(11.859)	-	-	(153)	(1.046)	(6.763)	(12.905)
Total.....	(234.868)	(347.268)	(57.072)	(47.586)	(1.877)	(926)	(293.817)	(395.780)

22.2. CONSOLIDADO

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
GSF - Garantia física.....	(1.449)	(1.086)	-	-	-	-	(1.449)	(1.086)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(41.557)	(36.087)	-	-	-	-	(41.557)	(36.087)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(7.136)	(10.503)	-	-	-	-	(7.136)	(10.503)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(1.417)	(1.344)	-	-	(1.417)	(1.344)
Pessoal.....	(85.573)	(77.404)	(21.313)	(19.351)	-	-	(106.886)	(96.755)
Administradores.....	(3.997)	(3.642)	-	-	-	-	(3.997)	(3.642)
Entidade de previdência a empregados (Nota 15).....	(2.935)	(6.324)	-	-	-	-	(2.935)	(6.324)
Material.....	(3.112)	(3.042)	(2.244)	(2.257)	-	-	(5.356)	(5.299)
Serviço de terceiros.....	(43.593)	(41.119)	(23.634)	(19.855)	-	-	(67.227)	(60.974)
Depreciação.....	-	(4.087)	(5.999)	(1.674)	-	-	(5.999)	(5.761)
Aluguéis.....	-	-	(5.919)	(2.834)	-	-	(5.919)	(2.834)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16).....	(16.636)	(4.223)	-	-	-	-	(16.636)	(4.223)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 18).....	(208)	(141.946)	-	-	-	-	(208)	(141.946)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(542)	(21)	-	-	-	-	(542)	(21)
(-) Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	8.166	-	-	-	-	-	8.166
Custos relativos a construção de ativos próprios (Nota 10).....	(26.967)	(22.118)	-	-	-	-	(26.967)	(22.118)
Condomínio.....	-	-	(845)	(378)	-	-	(845)	(378)
Doações.....	-	-	-	-	(1.916)	(550)	(1.916)	(550)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	501	-	501
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	192	169	192	169
Outras.....	(6.833)	(12.088)	-	-	(384)	(1.046)	(7.217)	(13.134)
Total.....	(240.538)	(355.524)	(61.371)	(47.693)	(2.108)	(926)	(304.017)	(404.143)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	10.893	15.963	11.391	17.140
Remuneração de quotas.....		-	-	-
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 6).....	15.514	18.026	15.514	18.026
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.1).....	5.986	6.630	5.986	6.630
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(538)	(838)	(538)	(838)
Outras.....	183	553	189	1.025
	<u>32.038</u>	<u>40.334</u>	<u>32.542</u>	<u>41.983</u>
Despesas				
Juros	-	-	(4.652)	(6.059)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(22)	(225)	(22)	(225)
Atualização Óleo combustível.....	(194)	(457)	(194)	(457)
Atualização Selic sobre projetos P&D.....	-	(19)	-	(19)
Juros sobre RGR.....	(576)	(664)	(576)	(664)
Outras.....	(6)	(180)	(18)	(186)
	<u>(798)</u>	<u>(1.545)</u>	<u>(5.462)</u>	<u>(7.610)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 6).....	95.307	47.979	95.307	47.979
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.1).....	5.057	5.072	5.057	5.072
Outras variações monetárias	488	1.514	488	1.514
	<u>100.852</u>	<u>54.565</u>	<u>100.852</u>	<u>54.565</u>
	<u>132.092</u>	<u>93.354</u>	<u>127.932</u>	<u>88.938</u>

24. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (a).....	09/04/2020	09/04/2021	40.000	342
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b)...	05/12/2020	05/12/2021	70.000	468
Seguro de Riscos Operacionais (c).....	27/10/2020	27/10/2021	283.776	4.750
Seguro de Veículos - Caminhões (d).....	11/09/2020	11/09/2021	1.078	3
Seguro de Responsabilidade Civil - Guarda de Veículos (e).....	29/10/2020	29/10/2021	730	34
Seguro de Riscos Operacionais (f).....	23/08/2020	23/08/2021	97.089	165
Seguro Empresarial - Condomínio (g).....	01/08/2020	01/08/2021	5.757	1
			<u>498.430</u>	<u>5.763</u>

- a) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;

- b) Referem-se a danos causados a terceiros por atos de gestão da Administração (*Directors and officers*);
- c) Refere-se à cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos das Usinas da EMAE;
- d) Refere-se à cobertura contra colisão, incêndio, roubo, danos materiais e pessoais referente a caminhões;
- e) Refere-se a cobertura de Responsabilidade Civil por danos causados a veículos de terceiros sob guarda em Companhia;
- f) Refere-se à cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora;
- g) Seguro de incêndio, queda de raio, explosão e perda de aluguel.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	859	636	1.948	1.629	Custo amortizado
Aplicações financeiras (Nota 4).....	506.843	396.821	516.766	411.293	Custo amortizado
Revendedores (Nota 5).....	36.526	33.769	40.805	37.979	Custo amortizado
Arrendamento UTE Piratininga (Nota 6).....	396.101	385.718	396.101	385.718	Custo amortizado
Outros créditos (Nota 7).....	8.083	10.621	3.616	6.537	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados (Nota 9).....	37.078	25.795	39.795	28.738	Custo amortizado
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.1).....	95.261	102.032	95.261	102.032	Custo amortizado
Ativo financeiro indenizável (Nota 10).....	117.767	92.650	117.767	92.650	Custo amortizado
Ativo reversível da concessão (Nota 11).....	195.374	195.374	195.374	195.374	Custo amortizado
Fornecedores.....	4.192	4.413	4.656	4.627	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	237.990	26.880	237.990	26.880	Custo amortizado
Outras obrigações - Investimentos na concessão (Nota 18).....	204.475	208.278	204.475	208.278	Custo amortizado
Serviços - Canal Pinheiros (Nota 20.3).....	-	53	-	53	Custo amortizado
Financiamentos (Nota 14).....	-	-	66.361	73.184	Custo amortizado

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas com as Companhias concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é a geração de energia, a qual foi comercializada através de contratos firmados no ambiente de contratação regulada. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

26.1. RISCOS DE ESTRUTURA DE CAPITAL

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

A.2) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 5). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 507.702 e R\$ 518.714, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 397.457, controladora, e R\$ 412.922, consolidado, em 31 de dezembro de 2019), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.20	31.12.19
Serviços do canal do Rio Pinheiros (Nota 20.3).....	-	(53)
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 6).....	396.101	385.718
Ativo financeiro indenizável (Nota 10).....	117.767	92.650
Ativo reversível da concessão (Nota 11).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.1).....	95.261	102.032
	<u>804.503</u>	<u>775.721</u>

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro e serviços do canal do Rio Pinheiros são avaliados como baixo pela Administração da Companhia, em virtude de não terem histórico e expectativa de perdas.

A realização das contas a receber de arrendamento financeiro da Usina Térmica Piratininga depende da capacidade financeira da contraparte (Petrobrás) em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há registro de atrasos no recebimento dessas contas a receber.

O ativo financeiro indenizável e o ativo reversível da concessão referem-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão ou em espécie. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo em razão desses valores terem sido apurados de acordo com a regulamentação vigente, muito embora estejam sujeitos à fiscalização da ANEEL e, portanto, sujeito à eventual glosa.

A realização do Ativo financeiro - Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

A.3) Exposição a riscos cambiais

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

A.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas de 31 de dezembro de 2020, com CDI overnight de 1,90 %a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2020 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		1,90%	2,38%	2,85%
Controladora	506.843	9.630	12.063	14.445
Consolidado	516.766	9.819	12.299	14.728

I-CVM 475	Saldo 31.12.2020 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		1,90%	1,43%	0,95%
Controladora	506.843	9.630	7.248	4.815
Consolidado	516.766	9.819	7.390	4.909

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a., imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2020, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2020 Nota 6	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGPM	4,13%	13,83%	14,96%	16,09%
Arrendamento UTP	396.101	54.800	59.271	63.742

I-CVM 475	Saldo 31.12.2020 Nota 6	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGPM	4,13%	13,83%	12,71%	11,58%
Arrendamento UTP	396.101	54.800	50.329	45.858

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2020, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2020 Nota 20.1	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	3,25%	11,79%	12,67%	13,55%
SABESP	95.261	11.230	12.068	12.906

I-CVM 475	Saldo 31.12.2020 Nota 20.1	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	3,25%	11,79%	10,91%	10,03%
SABESP	95.261	11.230	10.392	9.554

A Pirapora Energia S.A., controlada da Companhia, possui financiamento contratado junto ao BNDES para a construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2020, referente às parcelas já liberadas do empréstimo, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 4,39% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2020 Nota 14	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
TJLP	4,39%	6,37%	7,49%	8,61%
Financiamento BNDES	66.361	4.229	4.972	5.714

I-CVM 475	Saldo 31.12.2020 Nota 14	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP	4,39%	6,37%	5,26%	4,14%
Financiamento BNDES	66.361	4.229	3.487	2.745

A.5) Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

A.6) Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros (Nota 14) e outros. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia está em conformidade com as cláusulas de covenants.

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	4.656	-	-	-	-	4.656
Financiamento.....	66.361	-	-	-	-	66.361
Dividendos/ JSCP .	221.593	16.035	-	-	-	237.628
Total	292.610	16.035	-	-	-	308.645

26.2. RISCO HIDROLÓGICO

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico das usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu à repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100, vide outras informações na Nota 7 letra (f), reduzindo sua exposição a esse risco.

26.3. RISCO DE PREÇO

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 anos e um reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a RAG poderá ser ajustada pela indisponibilidade ou desempenho apurado durante o período de medição (60 meses).

Os preços de comercialização de energia elétrica da controlada Pirapora são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.746, de 30 de julho de 2020, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG O&M (a)	GAG MELHORIAS (b)	CAIMI (c)	USO D (e)	USO T (e)	AJI (d)	AJUSTE ANTES ENCARGOS SETORIAIS (e)	TFSEE (e)	P&D (e)	RAG
Henry Borden.	132.981	164.109	11.255	38.548	5.394	16.037	3.192	1.310	3.753	376.579
Porto Góes....	3.988	4.338	267	498	-	-	139	35	93	9.358
Rasgão.....	3.370	3.175	236	441	-	-	114	28	74	7.438
	140.339	171.622	11.758	39.487	5.394	16.037	3.445	1.373	3.920	393.375

Fonte: REH 2.746/2020 Nota técnica nº 129/2020

A RAG (Receita de Anual de Geração) 2020/2021 trouxe o terceiro reajuste da primeira revisão tarifária aplicada às concessionárias geradoras em regime de cotas, com a incorporação do adicional para investimentos em melhorias (GAG Melhorias) para as usinas sob gestão da Companhia. A GAG (Gestão de Ativos de Geração) melhorias incorpora na RAG recursos destinados a financiar a realização de melhorias nas usinas cotistas, com o objetivo de elevar os níveis de qualidade do serviço prestado.

O reajuste homologado representa um aumento de aproximadamente 6,97% em relação à RAG anterior.

Reconhecimento da GAG melhorias como receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

As obrigações de desempenho associadas à GAG melhorias estão relacionadas aos investimentos em melhorias da infraestrutura. A Companhia entende que a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo, em razão dos investimentos em melhorias não criarem um ativo com uso alternativo para a Companhia, por serem específicos às usinas da Companhia, e ao fato de a Companhia ter direito ao pagamento pelo investimento realizado até o momento, desde que realizados de forma prudente, uma vez que a RAG é recebida em bases mensais independentemente do investimento realizado.

Assim, a receita relativa à GAG melhorias está sendo apropriada em bases mensais e os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos estão sendo provisionados na conta “Outras Obrigações – Investimentos na Concessão”, com base em estimativa dos investimentos necessários e prudentes elaborada pela Administração da Companhia.

a) GAG O&M

A GAG O&M é a parcela da receita que a ANEEL, disponibiliza às concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas pela gestão dos ativos de geração para remunerar os custos de operação e manutenção das usinas.

b) GAG Melhorias

A GAG melhorias é a parcela da receita que a ANEEL homologou, às concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas, para fazer frente aos investimentos para melhoria e conservação realizados e pleiteados após 31 de dezembro de 2012.

c) CAIMI

CAIMI é a parcela da receita destinada para gastos em aluguéis ou investimentos de bens de natureza não reversíveis tais como: bens administrativos, móveis, utensílios, veículos, etc.

d) Aji

Ajuste de Indisponibilidade é o componente da RAG que afere a qualidade do serviço prestado, além do Fator X que também pode ser utilizado para esse propósito. Os geradores são penalizados quando os limites de indisponibilidade são ultrapassados.

e) USO D, USO T, TFSEE e P&D

Correspondem ao repasse de custos com o uso do sistema de distribuição e transmissão e também de encargos regulatórios.

26.4. RISCO DE REGULAÇÃO

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

26.5. RISCO DE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

O Governo Federal poderá implantar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

26.6. RISCO RELACIONADO À INTEGRIDADE DO EMPREENDIMENTO

A Companhia opera barragens de reservatórios hidrelétricos (“barragens”) em regiões densamente habitadas. Eventuais acidentes podem afetar comunidades no entorno dessas estruturas. A exploração do setor hidrelétrico, conforme delineado no Contrato de Concessão de que é titular, é realizada considerando os riscos inerentes à sua operação, inclusive aqueles de reduzida probabilidade, como o rompimento ou galgamento das barragens. Eventos desta natureza causarão danos às edificações existentes à jusante, com risco de morte a seus habitantes e danos incalculáveis ao meio ambiente e à economia. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, conseqüentemente, poderá ter sua situação financeira adversamente afetada. Para mitigar esses riscos a Companhia adota procedimentos de segurança das barragens, nos termos da legislação vigente, que estão descritos a seguir.

Segurança das Barragens

O sistema de segurança das barragens da EMAE foi estabelecido segundo o disposto na Lei federal nº 12.334/2010, que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, e na Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015 que em conexão com a referida Lei federal estabelece critérios para classificação e formulação do Plano de Segurança de Barragens e Revisão Periódica de Segurança.

Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associada aos Programas de Manutenções Preditiva e Preventiva.

Adicionalmente, a EMAE conta em sua equipe com engenheiros especializados em barragens, meio ambiente e técnico em edificações que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

Classes de Risco:

- A- São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial alto e cujas anomalias necessitam intervenção de curto prazo para manutenção das condições de segurança, não significa necessariamente casos de risco imediato de ruptura.
- B- São barragens que apresentam categoria de risco ou dano potencial alto e cujas anomalias, se presentes devem ser controladas, monitoradas e as intervenções podem ser implementadas ao longo do tempo para manutenção das condições de segurança.
- C- São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial médio ou baixo e que não apresentam anomalias e as existentes não comprometem a segurança da barragem.

Especificamente a respeito da Controlada, Pirapora Energia S.A informamos que de acordo com o Relatório de Classificação de Barragens – Ciclo 2018 Edição Abril 2019, o risco da Barragem Pirapora passou da Classe de Risco “A” para Classe “B”.

26.7. RISCO RELACIONADO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NAS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por se tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

Reintegração de área ocupada – Bota Fora 14

Os rejeitos do desassoreamento por dragagem do Canal Pinheiros são depositados em terrenos da EMAE, que recebem provisoriamente os materiais dragados. Tais terrenos são chamados de “Bota fora”.

A acumulação do material dragado é possível graças aos diques constituídos de aterro lançado ou compactado, que acompanham o perímetro de cada um dos terrenos (cavas) utilizados pelos bota foras.

A área que abrange o Bota Fora 14, localizada na confluência das Marginais Pinheiros e Tietê, composta por três cavas identificadas como A, B e C, com aproximadamente 280.000 m³ de material depositado, referente aos rejeitos do desassoreamento por dragagem do Canal Pinheiros, e circundada por diques de contenção em aterro lançado e compactado, encontra-se em condições instáveis, com risco potencial de escorregamento.

Essas instabilidades dos diques de contenção são ocasionadas pela invasão da área, em função da implantação de edificações precárias, que promoveram escavações nos taludes reduzindo suas seções, associada à ruptura de parte do talude de montante, principalmente no dique da cava B, existindo necessidade de ações corretivas.

As avaliações das áreas patrimoniais e técnica da EMAE, e manifestações da Defesa Civil Municipal, IPT, CETESB, que inspecionaram as áreas, e a Promotoria do Meio Ambiente, que registraram suas posições por meio de laudos ou outras manifestações, convergem em apontar que o local apresenta um risco potencial elevado de acidentes, seja por escorregamento ou pela presença de gás (incêndio ou explosão).

A EMAE ajuizou duas ações de reintegração de posse, inicialmente para a cava “C” (ano de 2012), posteriormente para as cavas “A” e “B” (ano de 2015).

Os processos, na 4ª Vara Civil do Fórum da Lapa, encontram-se juntados de manifestações técnicas de órgãos de reconhecidos, entre outros, IPT e CETESB, associados a posicionamentos da Defesa Civil Municipal e Procuradoria Estadual de Meio Ambiente.

Devido ao risco iminente de acidentes, a Defesa Civil do Município de São Paulo promoveu no dia 20 de fevereiro de 2019, uma ação de remoção das pessoas do local. Dessa forma, as cavas A e B foram desocupadas, cabendo à EMAE o desfazimento dos 129 barracos e o transporte de pessoas e bens.

Na sequência a Empresa iniciou a remoção e destinação dos resíduos resultante da ação, fechamento da área com o início da construção e alteamento de muro para proteção do imóvel e, também, a execução das correções necessárias dos aterros de contenção.

A EMAE está atuando, intensamente, junto às autoridades do Município de São Paulo para a promoção da desocupação da cava C.

26.8. RISCO NA GESTÃO DO SISTEMA HÍDRICO TIETÊ/PINHEIROS (CONTROLE DE CHEIAS)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, em conexão com seu Estatuto Social, Contrato de Concessão e Legislação vigentes, a EMAE realiza na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

26.9. RISCO NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS BALSAS – RESERVATÓRIO BILLINGS

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório, opera e mantém gratuitamente, travessias por meio de balsas em três pontos do reservatório Billings, transportando grande número de pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente com essas embarcações.

26.10. RISCO DE COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL

Conforme informado na nota explicativa nº **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, o Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMAE) e o Plano de Contribuição Definida (EMAE CD), os quais estão sujeitos a reavaliação atuarial anual.

Em função das características do PSAP/EMAE, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina a regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

Para mitigar esse risco, além de outras medidas, em maio de 2018 a Companhia fechou o PSAP/EMAE para novas adesões e passou a oferecer o plano de contribuição definida, o EMAE CD, que possui características que mitigam o risco de cobertura de déficits atuariais. Adicionalmente, em março de 2019, propôs a substituição do indexador de reajuste dos benefícios do PSAP/EMAE de IGP-DI para IPCA. A implementação do IPCA está condicionada a aprovação da PREVIC.

27. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de concessão

A Companhia celebrou com a União, em 04 de dezembro de 2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

b) Contrato de autorização

A ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 1.429, de 24 de junho de 2008 autorizando a EMAE estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da PCH Pirapora. O prazo de vigência da autorização é de 30 anos contados da data de sua publicação.

c) Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Goes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

d) Contrato de financiamento

A Pirapora Energia S.A – subsidiária integral da Companhia possui contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Nota 14).

28. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o exercício de 2020, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	Controladora			
	31.12.19	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.12.20
Arrendamento UTP.....	(385.718)	100.438	(110.821)	(396.101)
Ativo financeiro indenizável.....	(92.650)	(29.128)	4.011	(117.767)
Investimentos.....	(97.537)	13.209	(11.278)	(95.606)
Imobilizado.....	(72.147)	(7.299)	763	(78.683)
Intangível.....	(5.657)	(3.146)	1.073	(7.730)

	Consolidado			
	31.12.19	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.12.20
Arrendamento UTP.....	(385.718)	100.438	(110.821)	(396.101)
Ativo financeiro indenizável.....	(92.650)	(29.128)	4.011	(117.767)
Imobilizado.....	(222.237)	(10.074)	4.848	(227.463)
Intangível.....	(6.004)	(3.146)	1.151	(7.999)
Financiamentos.....	73.184	(11.475)	4.652	66.361

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

29.1. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL EM CONTROLADA

Em 20 de janeiro de 2021 foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a quitação antecipada do financiamento contratado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em 2012 para a Construção da PCH Pirapora Energia S.A. (Vide Nota 14 – Financiamento). A quitação se dará através de integralização da Companhia na controlada Pirapora no valor R\$ 64.000 para posterior pagamento ao BNDES.

29.2. ACIONISTA CONTROLADOR - ESTUDOS PARA ALIENAÇÃO DE AÇÕES

Em 19 de fevereiro de 2021 o Governo do Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Fazenda e Planejamento, contratou o Banco Fator S.A. através do pregão eletrônico NC 50/2020-Processo: SFP-PRC-2020/25566 para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para avaliação, modelagem e execução de alienação de ativos mobiliários emitidos pela Companhia que são detidos direta e indiretamente pelo Governo do Estado de São Paulo.



Conselho de Administração

Diretoria Executiva



4. Recomendações do Comitê de Auditoria



5. Parecer do Conselho Fiscal



6. Relatório do Auditor Independente